



**UFOP**

Universidade Federal  
de Ouro Preto

Universidade Federal de Ouro Preto  
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas  
Departamento de Serviço Social



Monografia

**SERVIÇO SOCIAL E CAPITALISMO: Reflexões acerca do conservadorismo no  
exercício profissional.**

Joao Sada Leiroz Machado

MARIANA-MG  
2022

JOAO SADA LEIROZ MACHADO

**SERVIÇO SOCIAL E CAPITALISMO:  
Reflexões acerca do conservadorismo no exercício profissional.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), como requisito parcial à obtenção do título de bacharel em Serviço Social.  
Orientadora: Ma. Jussara de Cássia Soares Lopes

MARIANA-MG  
2022

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

M149s Machado, Joao Sada Leiroz.

Serviço social e capitalismo [manuscrito]: reflexões acerca do conservadorismo no exercício profissional. / Joao Sada Leiroz Machado. - 2022.

58 f.

Orientadora: Profa. Ma. Jussara de Cássia Soares Lopes.  
Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto.  
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Graduação em Serviço Social .

1. Conservantismo. 2. Capitalismo. 3. Serviço social. I. Lopes, Jussara de Cássia Soares. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU 364.4:33

Bibliotecário(a) Responsável: Edna da Silva Angelo - CRB6 2560



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO  
REITORIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL



FOLHA DE APROVAÇÃO

João Sada Leiroz Machado

**Serviço Social e capitalismo: reflexões acerca do conservadorismo no exercício profissional**

Monografia apresentada ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel

Aprovada em 10 de janeiro de 2022

Membros da banca

Mestre - Jussara de Cássia Soares Lopes - Orientadora - Universidade Federal de Ouro Preto  
Especialista - Wagner José dos Anjos Jerônimo - Prefeitura Municipal de Ouro Preto  
Mestre - Cibelle Dória da Cunha Bueno - Universidade Federal de Ouro Preto

Jussara de Cássia Soares Lopes, orientadora do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 13/01/2020



Documento assinado eletronicamente por **Jussara de Cassia Soares Lopes, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 13/01/2022, às 20:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.ufop.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0268189** e o código CRC **747744BD**.

Referência: Caso responda este documento, indicar expressamente o Processo nº 23109.000511/2022-32

SEI nº 0268189

R. Diogo de Vasconcelos, 122, - Bairro Pilar Ouro Preto/MG, CEP 35400-000  
Telefone: - www.ufop.br

Dedico essa monografia aos meus pais, Adriano e Tânia, e a minha tia Cristina e meu tio Orlando, que me acolheram quando foi necessário.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a oportunidade de estudar e acessar novos conhecimentos em uma universidade pública. Por esse espaço fazer parte do meu processo constitutivo enquanto ser social. Jamais seria quem sou se não encontrasse os colegas do período 16.1, os professores, os técnicos e todos os trabalhadores envolvidos nesse movimento de transformação.

Agradeço aos familiares que me apoiaram e confiaram que esse dia poderia chegar. Aos meus pais especialmente, confiantes em mim e na minha capacidade, e que sempre tentaram me manter positivo.

Agradeço a minha companheira Luisa, que sempre esteve disposta a me ajudar nessa trajetória, nos melhores e piores momentos.

Agradeço aos amigos da República Calangos, lugar onde fui acolhido, onde construí laços e que se tornou uma segunda casa para sempre.

E por último, não menos importante, agradeço a minha orientadora Prof<sup>a</sup> Ma. Jussara que não desistiu de mim e aceitou fazer parte dessa pesquisa.

## **EPIGRAFE**

*“Por um mundo onde sejamos socialmente iguais,  
humanamente diferentes e totalmente livres”*

*- Rosa Luxemburgo*

## **RESUMO**

O conservadorismo ainda está presente na sociedade contemporânea, seja nas relações sociais, pessoais ou profissionais. No Serviço Social não é diferente. Devido a uma herança histórica, dos primórdios do aparecimento da profissão, em que a intolerância, a desigualdade e a polarização estavam presentes no cotidiano dos indivíduos, muitos profissionais, até hoje, continuam com resquícios desse pensamento conservador, em seu dia-a-dia de trabalho. Através da contextualização histórica do Serviço Social e do conservadorismo, far-se-á um paralelo com o capitalismo, que veio para gerar ainda mais desigualdades, o que vai de contra aos ideais da profissão. No decorrer da pesquisa será feita uma análise crítica das demandas e dos desafios intrínsecos ao assistente social que, apesar de já ser uma profissão consolidada no território brasileiro, possui muitas batalhas ainda a vencer, bem como, elaborar-se-á estratégias de superação de atuações conservadoras. O objetivo é mostrar como as raízes conservadoras no exercício da profissão podem causar malefícios no cotidiano de trabalho dos profissionais e dos usuários do Serviço Social.

Palavras-chave: serviço social; conservadorismo; capitalismo; assistente social; relações sociais.

## **ABSTRACT**

Conservatism is still present in contemporary society, whether in social, personal or professional relationships. In Social Work it is no different. Due to a historical activity, from the beginning of the appearance of the profession, in which intolerance, inequality and polarization were present in the daily lives of those desired, many professionals, to this day, continue with remnants of this conversational thought in their daily lives. of work. Through the historical contextualization of Social Work and conservatism, a parallel with capitalism, which came to generate even more inequalities, which goes against the profession's ideals, will be far away. During the research, a critical analysis of the demands and challenges inherent to the Social Worker will be carried out. Despite being a consolidated profession in the Brazilian territory, although still to be won, strategies will be developed to overcome conservative actions. . The objective is to show how conservative roots in the exercise of the profession can harm the daily work of professionals and users of Social Work.

Keywords: social service; conservatism; capitalism; social worker; social relationships.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>2 SERVIÇO SOCIAL NA ORDEM DO CAPITAL .....</b>	<b>14</b>
2.1 Trajetória histórica da profissão .....	14
2.2 Da origem do capitalismo à “Questão Social” .....	20
2.3 Conservadorismo: uma tendência perigosa .....	27
<b>3 ESTRATÉGIAS DE SUPERAÇÃO DO CONSERVADORISMO .....</b>	<b>38</b>
3.1 As três dimensões: teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa .....	40
3.2 O Código de Ética e o Projeto Ético-Político: instrumentos de luta. ....	43
3.3 Desmistificando expressões da ‘’Questão Social’’ .....	47
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>54</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>56</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho científico tem o intuito de contribuir no debate sobre o conservadorismo no Serviço Social, bem como, acerca das implicações do capitalismo no tema proposto. Para tanto, será observado todo um contexto histórico, envolvendo a consolidação da profissão.

Muito se fala sobre conservadorismo na sociedade contemporânea, pelo que se revela a importância em se expor seu conceito, tal como, quais atos e práticas podem vir a ser consideradas conservadoras. Apesar de ser um assunto bem difundido no ramo do Serviço Social, nem sempre foi assim, as mudanças foram acontecendo com o decorrer dos anos, ações foram sendo questionadas e faz-se necessário sabê-las, para que o profissional possa identificá-las em seu dia-a-dia operacional.

A presente pesquisa justifica-se no fato de que, na atualidade, apesar do crescimento exponencial de ofertas de curtos contratos oferecidos pelas empresas privadas, o Estado ainda é o maior empregador dos/as assistentes sociais. Neste espaço institucional, procedimentos burocráticos tendem a ser rotina se não for pensado estratégias para desvendar a essência dos fenômenos aparentes. A necessidade de responder as demandas de imediato, acaba por resultar muitas vezes no fortalecimento das políticas e práticas conservadoras na profissão. Como um meio de superação dessas práticas e do pragmatismo, é de extrema importância a formação de assistentes sociais com viés crítico e na perspectiva da totalidade.

Considerando o Serviço Social uma profissão inserida na divisão sociotécnica do trabalho, com um projeto ético-político que possui uma perspectiva transformadora da realidade e atravessado pelo determinante de ser uma atividade assalariada podendo atender tanto ao Estado como empresas privadas, será realizada nessa monografia reflexões sobre a correlação de forças e as contradições que perpassam o trabalho do assistente social na contemporaneidade.

Destacando ações profissionais em regimes coloniais e autoritários, será observado através de pesquisas documentais e bibliográficas como o conservadorismo na profissão é uma tendência perigosa. Em vista disso, será evidenciado a importância de documentos e instrumentos de luta como o Projeto Ético-Político e o Código de Ética/1993 reforçando o compromisso ético do/a assistente social.

O interesse por este determinado tema floresce e potencializa-se durante minha trajetória no curso de Serviço Social na Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP).

Quando me surge a oportunidade de adentrar ao ensino superior, e posteriormente realizar diversos trabalhos, participar de palestras, debates em sala de aula, além de pesquisar sobre o mundo em que vivemos, e o porquê de as coisas serem como são, a antiga e ingênua visão moralista de um garoto adolescente do ensino médio vai se tornando cada vez mais curiosa e aberta para novos conhecimentos.

Sendo a Universidade Federal de Ouro Preto, uma instituição que dispõe de um amplo conjunto de saberes armazenados, e que me ofereceu durante todo meu percurso conhecimentos fundamentais para esse processo de aprofundamento teórico-prático do Serviço Social, disciplinas específicas como “ Teoria Social”, “ Acumulação Capitalista e Questão Social”, “ Política Social na ordem do capital” despertaram um anseio maior de domínio e contribuíram para o interesse no tema.

Especialmente durante a disciplina de Pesquisa, onde os discentes têm a oportunidade de ir à campo investigar e analisar determinado objeto de estudo, me foi possibilitado durante a pesquisa sobre “ O perfil da população carcerária do presídio de Mariana-MG” realizada por mim e outros três companheiros, uma apreensão ampla dos fenômenos aparentes, e por conseguinte da indissociabilidade das dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico operativa.

Posteriormente, ao ser inserido no campo de estágio, mais precisamente no Centro de Referência de Assistência Social – São Cristóvão no município de Ouro Preto (MG), pude visualizar de perto os desafios, os limites, as disputas, e a atuação em si de uma profissional do Serviço Social, me levando a refletir e questionar todas as relações sociais que perpassavam aquele ambiente junto às demandas dos usuários do serviço.

Portanto, nesse processo de aprendizado, pode-se perceber a importância de um tema que, embora bastante discutido dentro da passagem pessoal pelo universo acadêmico e acredita-se que por todas as universidades brasileiras públicas no que tange ao Serviço Social, ainda é enxergado como insuperável por muitos(as) assistentes sociais quando inseridos em seus campos de trabalho e se deparam com um fluxo constante de demandas complexas e mutáveis das chamadas expressões da questão social.

O trabalho trouxe como objetivo geral, a investigação e o exame do contexto histórico do modo de produção capitalista, do Serviço Social e, conseqüentemente, no molde conservador do exercício profissional do assistente social. Como objetivos específicos, buscou-se contextualizar a trajetória da profissão, isto é, como surgiu, como se desenvolveu e como está posta hoje para uma melhor compreensão e articulação das dimensões ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa. Também foi avaliada

a importância de uma análise crítica para as demandas e contradições expostas ao assistente social em seu campo de atuação, bem como, acerca das estratégias de superação de uma atuação conservadora burocrática/rotineira, com o objetivo de emancipação do usuário. E ainda, buscou-se incentivar a produção de conhecimento sobre a profissão em si.

Em tempos de ataques aos direitos da população e às políticas públicas, é de extrema importância pensar estratégias enquanto categoria profissional para tensionar esses espaços de contradição junto aos conselhos, conferências, fóruns e os trabalhadores. Somente através da formação de um pensamento crítico, é possível uma transformação da realidade.

Para a elaboração do trabalho, foi feita uma revisão de literatura, baseada principalmente em livros de diversos autores da área do Serviço Social, como por exemplo, Guerra (2013), Netto e Braz (2006), Barroco (2003), Yamamoto e Carvalho (2008), Yazbek (1999), entre outros.

Foi realizado também um levantamento de informações sobre o tema em revistas, artigos, documentários, relatórios, periódicos, entre outras fontes de dados. Das quais serão pesquisadas tais palavras-chaves, serviço social; conservadorismo; capitalismo; assistente social; relações sociais.

O material desenvolvido é composto por capítulos de significativa importância, sendo a primeira parte formada por: (1) Introdução, (2) Serviço Social na ordem do capital; (2.1) Trajetória Histórica da Profissão no Brasil; (2.2) Do capitalismo à ‘‘Questão Social’’; (2.3) Conservadorismo: uma tendência perigosa. Onde se objetivou contextualizar a profissão, o meio em que vivemos e o pensamento político de manutenção da ordem.

Na segunda parte da pesquisa, foi apresentado os capítulos (3) Estratégias profissionais de superação do conservadorismo; (3.1) As três dimensões: teórico metodológica, ético-política e técnico-operativa; (3.2) Código de Ética e Projeto ético-político: instrumentos de luta e (3.3) Desmistificando expressões da ‘‘Questão Social’’ onde se objetivou apontar possíveis caminhos para combater o conservadorismo na profissão.

## 2 SERVIÇO SOCIAL NA ORDEM DO CAPITAL

### 2.1 Trajetória histórica da profissão

Na década de 30, é possível identificar o início do Serviço Social no Brasil. Nessa época, a profissão estava ligada a condutas de caridade, que eram realizadas por indivíduos das classes mais altas, que também estavam vinculados às atividades da Igreja Católica (IAMAMOTO e CARVALHO, 2008).

Fazendo um paralelo com as atividades exercidas pela Igreja com as praticadas atualmente pelo profissional do Serviço Social, é possível perceber que, desde meados de 1930, a Igreja já se preocupava com o âmbito social, pelo que, exercia atividades nesse sentido. Alguns membros do clero ficavam a cargo de cuidar de demandas sociais, como as pleiteadas por trabalhadores insatisfeitos com suas condições de vida e trabalho, que reivindicavam mudanças através de manifestações. Esses interventores tentavam apaziguar os reivindicantes para que, estes parassem de questionar condutas estatais e, com isso, garantir certa ordem social. Sobre isso, Iamamoto (2004) complementa que:

A contar das grandes mobilizações da classe operária nas duas primeiras décadas do século, a discussão acerca da “questão social” perpassa toda a sociedade e força o Estado, as frações dominantes e a igreja a assumir opinião diante dela. A igreja a enfrenta segundo os preceitos definidos como encíclicas papais (especialmente a *Rerum Novarum* e *Quadragesimo Anno*), fonte impulsionadora das posições e programas apresentados diante dos “problemas sociais”. Para a igreja, “questão social”, antes de ser econômico-política é uma questão moral e religiosa. A sociedade é vista como um todo unificado, por meio de conexões orgânicas existentes entre seus integrantes, que se consolidam pelas tradições, dogmas e princípios morais de que a igreja é confidente. Deus se revela como a matriz de toda a justiça, e somente uma sociedade pautada em princípios cristãos é passível de realizar a justiça social. A interferência do Estado na “questão social” é legítima, já que este deve servir ao bem comum. O estado deve assim defender e nortear a propriedade privada, instituir limites legais aos descomedimentos da exploração da força de trabalho como também, tutelar os direitos de cada indivíduo, principalmente daqueles que carecem de acolhimento. Porém o Estado não pode opor-se à independência da sociedade civil. Entre ele e os indivíduos encontram-se os grupos sociais “naturais” (a família, a corporação, a nação etc.), que derogam a ação dominante do Estado. A igreja deve partilhar com este a atuação defronte da “questão social” na tarefa de recristianização da sociedade por grupos sociais básicos, principalmente a família. É conveniente, portanto, uma ação doutrinária e organizativa, com o objetivo de livrar o proletariado das interposições da vanguarda socialista e do movimento operário e, conciliar as classes em conflito, com base na doutrina do comunitarismo cristão (IAMAMOTO, 2004, p. 10-11).

A igreja passou então a não mais se opor ao capitalismo, passando a contemplá-lo como uma espécie de terceira via. O argumento era o de que, o capitalismo havia

nascido para combater o socialismo, bem como, para substituir o liberalismo pelo comunitarismo cristão. O Serviço Social nasce da ação de classes dominantes, que se expressavam pelo intermédio da Igreja, se revelando como uma verdadeira frente mobilizadora para a formação teórica, aprofundando-se sobre os problemas sociais, de certos grupos, como o das mulheres, por exemplo (IAMAMOTO, 2004).

Com a introdução e expansão da ideologia positivista, nos anos de 1940 a 1950, corrente esta criada por Augusto Comte, no século XIX, em oposição às concepções que fundamentaram a Revolução Francesa, no século XVIII, a doutrina passou a ser inserida nas práticas daqueles cumpridores do serviço social. Não obstante, profissionais que se formaram nos Estados Unidos da América, passaram a indagar sobre tais ideais, se valendo de práticas norte-americanas, como o Serviço Social de caso, de grupo e de desenvolvimento comunitário (PIRES, PITT e RIBEIRO, 2019).

Conforme o Serviço Social foi se instalando e, conseqüentemente, passou a atuar na contenção e domínio dos conflitos sociais, o Serviço Social de caso, passou a ser usado pelo Estado, como um mecanismo essencial. Isto porque, tal metodologia não rebatia a estrutura do sistema, mas sim, tentava ajustar o indivíduo, através de um método funcionalista e individualizado que, na verdade, imputava culpa ao indivíduo (LIMA, 1978).

O Estado, portanto, ao ver sua estrutura, de certa forma ameaçada, viu a necessidade de potencializar comunidades, com o escopo ainda funcionalista, para que o sistema fosse mantido nos termos desejados. Observa-se, com isso que, o positivismo veio para, dentre outras, tentar reajustar os indivíduos para que estes tenham um funcionamento ideal e esperado, no convívio social, pelo que, o trabalho do Serviço Social passa a ter certa utilidade, uma vez que começa a ser usado para educação e ajustamento das pessoas (PIRES, PITT e RIBEIRO, 2019).

Diante disso, é visível que a atuação do profissional nasceu de uma estrutura conservadora, onde se buscava um ajuste social dos indivíduos, bem como, a conformidade destes, e não a ruptura ou modificação da realidade experimentada. Essas orientações de caráter conservador só passaram a ser questionadas de maneira mais intensa, pelos profissionais do Serviço Social, a partir de 1960, coincidindo com o início da ditadura militar no Brasil. Surge então, o Movimento de Reconceituação do Serviço Social, mobilização esta que buscava um rearranjo teórico e sistemático do Serviço Social. Até porque, antes disso, os antigos códigos de ética da profissão, os de 1948, 1965

e 1975, defendiam um projeto societário bem tradicional e conservador (YAZBEK, 1999).

Fazendo um pequeno parêntese na linha histórica, é preciso destacar algumas notas acerca dos antigos Códigos de Ética da profissão. O Código instituído em 1948, se pautava em valores morais e na benevolência cristã, isto é, adotava uma concepção neotomista, onde a liberdade individual estava intimamente associada com a escolha do bem supremo, consoantes com os mandamentos de Deus. O conservadorismo e a tradição continuaram presente nos dois códigos seguintes, o de 1965 e o de 1975, onde a ideia de liberdade e os princípios cristãos permaneciam iguais, bem como, o objetivo desses instrumentos era a manutenção do capitalismo, preservação da ordem com preceitos individualistas, o endireitamento das anomalias sociais, e ainda, havia certa rejeição às lutas de classe (SANTOS e SOUZA, 2020). Apesar de tradicional, o Código de 1975 teve uma mudança com relação ao anterior, o que proporcionou uma nova atualização do conservadorismo, o que passou a ser parte do movimento de reconceituação da profissão, pelo que começou a surgir um novo olhar acerca da atividade profissional da categoria (NETTO, 2018).

Voltando à sequência histórica, o Movimento de Reconceituação do Serviço Social é considerado um marco histórico da profissão, uma vez que, através dele, foram iniciadas as propostas de interrupção de práticas tradicionais e conservadoras para o ofício, bem como, dentre seus ideais, destacava-se o de formação de profissionais mais analíticos defronte da realidade social e política em que o Brasil estava exposto (PIRES, PITT e RIBEIRO, 2019).

A partir de 1960, tendo em vista o aumento dos movimentos e manifestações sociais, os/as Assistentes Sociais passaram a um nível de insatisfação ainda maior, principalmente pelo fato de que, nesta época, haviam muitas reformas sendo feitas, em toda a América Latina, inclusive, pelo que gerou reivindicações de trabalhadores e atuações sindicais, fazendo com que, esses profissionais se aproximassem ainda mais à causa.

Notório, portanto, o fato de que, as práticas militantes dos profissionais do Serviço Social, encontraram respaldo nas ideologias marxistas, que era voltada ao socialismo, e que frisava bastante na questão da desigualdade social e da divisão da sociedade em classes sociais distintas (PIRES, PITT e RIBEIRO, 2019).

O movimentos sociais no Brasil, apesar de existirem durante o período de ditadura militar no Brasil, não eram muito frequentes, devido a supressão da liberdade existente

neste regime, pelo que, somente voltaram a ganhar destaque nos anos de 1970 a 1980, onde o país passava por um processo de redemocratização, sendo que, nesse período é que os movimentos sociais são legitimados como campos de atuação profissional dos/as Assistentes Sociais (PIRES, PITT e RIBEIRO, 2019).

A partir da década de 80, portanto, as transformações sucedidas na profissão do Serviço social, foram baseadas na necessidade de entender e acompanhar as reformas econômicas, políticas e sociais da sociedade contemporânea e do próprio contexto do Estado e do país em si. No final do século XX, mais especificamente nas duas décadas finais, o Serviço Social teve um grande destaque e desenvolvimento, isso porque no Brasil estavam acontecendo grandes movimentos sociais, em virtude do desejo da sociedade em possuir mais liberdade de expressão. Nesse cenário, de manifestações e crises, econômicas e políticas, exigiu-se muito da profissão, pelo que o desejo de rompimento com o conservadorismo novamente se mostrou explícito (PIANA, 2019).

Em 1986 a profissão contou com a instituição de mais um Código de Ética, marcado pela afirmação expressa da liberdade, um suposto rompimento com a tradição e, certa rejeição ao conservadorismo na profissão, sendo tal instrumento, produzido coletivamente, através da entidade representativa da profissão, que à época chamava-se Conselho Federal e Regional de Assistentes Sociais - CFAS/CRCAS. O Código de 1986, buscava a retificação dos valores atribuído à profissão, bem como, traçava meios para uma redemocratização.

Nessa época ainda, havia certa reflexão sobre o novo projeto profissional, de forma mais madura, tanto da parte teórica quanto da política. Buscou-se, portanto, conhecimentos e ideologias de outras áreas, sendo que a doutrina marxista foi a que mais se adaptou às convicções da profissão (SANTOS e SOUZA, 2020).

Apesar das ideias serem inovadoras, o Código de Ética de 1986, que almejava tanto a ruptura da profissão com o conservadorismo, era omissivo em algumas partes, mostrando-se insuficiente de certa forma, para as demandas sociais existentes, pelo que precisou ser reformulado (BARROCO e TERRA, 2012).

Em 1990, foi instituído o Projeto Ético-Político do Serviço Social, resultado de uma estruturação coletiva e da maturidade adquirida pela profissão, face à questão social. Sobre tal projeto, Netto (2000) diz que:

Cuida-se de um projeto que pode ser resumido como um processo de sucessivos desdobramentos, sendo versátil, entretanto sem distorcer os seus eixos fundamentais. Além disso, o instrumento é altamente baseado em

preceitos e princípios, que têm como sua essência o reconhecimento da liberdade como uma espécie de oportunidade, onde é possível fazer escolhas concretas, de alternativas de vida, sempre com o intuito de autonomia, emancipação, a defesa da equidade, a socialização da política e do patrimônio socialmente produzido e o total progresso de seus usuários (NETTO, 2000, p. 104).

Logo, os/as assistentes sociais, temerosos com a modernização do Brasil, bem como, da profissão, avocam posições predominantemente favoráveis à renovação das relações sociais. Contudo, a partir da década de 80, os setores analíticos, geralmente aqueles baseados na teoria marxista, assumem a frente da profissão (PIANA, 2019).

É notório o fato de que os profissionais do Serviço Social, nunca se acomodaram na plateia enquanto o país passava por intensos movimentos sociais, lutas essas que se intensificaram ainda mais, em 1988, quando da confecção e aprovação da nova Constituição Federal, que está vigente até os dias atuais. Os/as assistentes sociais, passaram a ser atuantes e requisitados em diversos segmentos sociais, o que amadureceu e consolidou ainda mais a profissão, com indivíduos agora atuantes e na gestão das políticas sociais, o que resultou em grandes conquistas para as classes sociais menos privilegiadas da sociedade. Netto (1996) diz que nesse período aconteceu a maturação profissional dos e das assistentes sociais.

É no meio desse sistema de renovação do Serviço Social que se faz visível o pluralismo, que se instaura e também dá início à elaboração do projeto ético-político da profissão. A criação coletiva desse projeto profissional agrupou assistentes sociais de todos os segmentos, tal como, corporificou-se no Código de Ética Profissional do Assistente Social, que será melhor detalhado posteriormente.

Observa Barroco (2003) que, a partir dos anos 90, com o amadurecimento da profissão, passou a existir, concomitantemente, um desejo maior de ruptura com o conservadorismo. O que pode ser contraditório, uma vez que, o rompimento com os ideais conservadores, havia acontecido de fato desde os anos 80, porém, apesar disso, não havia sido superado no dia a dia do profissional do Serviço Social. Por sua vez a questão ética era uma pauta recorrente.

Destarte, a inclusão dos/as Assistentes Sociais nas organizações sociais enuncia para a defesa ao projeto de sociedade indicado no novo Código de Ética da profissão. O referido Código fora aprovado em 13 de março de 1993, após deliberação em Conselho Pleno, em reunião ordinária, ocorrida em Brasília, com a participação dos membros do CFESS e instituído pela Resolução CFESS N° 273, com a mesma data; e também na

proposta das Diretrizes Curriculares para a formação profissional em Serviço Social, que veio acontecer em 1996. O conjunto de temas abordados no referido código serve de base para a formação de profissionais diligentes em construir uma sociedade diferente. Um grande exemplo é o disposto no artigo 4º, parágrafo IX, do Código de Ética da profissão acerca da participação dos/as Assistentes Sociais em movimentos sociais distintos, como aqueles que prezam pela defesa de direitos e garantias sociais, políticas e civis dos indivíduos (DURIGUETTO, 2014).

O Código de Ética de 1993, vigente até a presente data, carimba de fato, o segundo período da trajetória do projeto profissional do Serviço Social, de um ponto de vista teórico crítico, a respeito da sociedade de classes (SANTOS e SOUZA, 2020).

A década de 90, portanto, foi um período de grandes acontecimentos para a profissão do Assistente Social. Nesse tocante, Guerra (2007) afirma que:

A década de 1990 outorga amadurecimento teórico ao Projeto Ético-político Profissional do Serviço Social brasileiro que, através dos princípios marxianos e na herança marxista, baseia-se sua referência teórica medular. Foram reunidos um conjunto legislativo extenso e demais regulamentações, que proporcionam um equilíbrio institucional, legal, ao projeto de profissão, nos perímetros do processo de descontinuidade com o conservadorismo: a) Código de Ética Profissional de 1993; b) Lei de Regulamentação da Profissão em 1993; c) Diretrizes Curriculares dos cursos de Serviço Social em 1996; d) Legislações sociais que especificam a atividade profissional e unem-se à proteção de direitos como: o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA de 1990, a Lei Orgânica da Assistência Social – Loas de 1993, a Lei Orgânica da Saúde em 1990 (GUERRA, 2007, p. 37).

Verifica-se, portanto, como o projeto e a aprovação do novo Código de Ética foram grandes marcos e vitórias para a profissão, sendo constituídos em momentos históricos do Serviço Social. No bojo de tantos movimentos e lutas em prol da democracia, aliados aos movimentos trabalhistas da época, criaram uma crise delicada à ditadura que estava instalada no Brasil, o que fortaleceu ainda mais as moções coletivas, bem como, houve a politização revolucionária vanguardista da categoria profissional.

Após a aprovação do tão visado Código de Ética Profissional, a categoria pôde associar seus encargos éticos e político, bem como, de sua atividade profissional, considerando as mediações fundamentais que necessitavam ser feitas, entre o projeto societário e o profissional. Netto (2000), já afirmava que os projetos profissionais eram, na verdade, a construção coletiva de uma categoria e, que, por isso, exteriorizava o profissional, melhor dizendo, se revelavam como uma autoimagem da profissão, onde eram estabelecidos princípios, objetivos e funções, bem como, requisitos gerais para

exercício da profissão, e ainda, como haveria de ser a relação interprofissional, com profissionais de outras categorias, instituições sociais e com usuários do serviço.

Sobre o novo Código de Ética, Silva (2015) ainda complementa que este reproduziu e deixou estampada sobre as funções inerentes aos Assistentes Sociais, no meio social, bem como, evidenciou todas as batalhas históricas da profissão, representando, portanto, a opinião ética-política da categoria diante do modelo societário vigente, e ainda, destaca o fato de que, o trabalho do profissional do Serviço Social é direcionado para a defesa dos direitos dos trabalhadores, dos direitos humanos, para a manutenção da democracia, da liberdade, cidadania, justiça social, para a erradicação de qualquer conduta preconceituosa e para a defesa do pluralismo.

É possível constatar que a profissão, nas últimas décadas, teve uma transição valorativa em sua formação acadêmica e em sua assiduidade política perante à sociedade. Isto porque fortaleceu-se a produção científica e o mercado editorial; os/as assistentes sociais estabeleceram-se como uma categoria consolidada, devidamente aprovada em âmbito nacional e internacionalmente também. Nada obstante, aperfeiçoaram suas atuações políticas e organizacionais, através de entidades acadêmicas e profissionais respeitados e certificados (PIANA, 2019).

O processo histórico do Serviço Social é de extrema importância, uma vez que, através dele é possível entender como o conservadorismo ainda está presente no exercício profissional, seja na seara das relações econômicas, políticas ou sociais, da sociedade capitalista.

O Serviço Social nasceu dentro de um viés conservador, como dito, através dos dogmas da Igreja Católica. Ao longo de todo processo, tentou-se compreender a realidade de fato, como é o caso dos ideais marxistas, ocorre que, nem todos os profissionais conseguem se livrar de todas as ideias conservadoras enraizadas por tanto tempo. Porém, o conservadorismo é algo a ser enfrentado, uma vez que, seria contraditório ao atual posicionamento da categoria profissional. O conservadorismo deveria, na verdade, ser enfrentado por toda sociedade, como por exemplo, através de movimentos sociais e as mais diversas organizações coletivas.

## 2.2 Da origem do capitalismo à “Questão Social”

Para melhor compreensão de quais são as atuais demandas e complexidades da atuação profissional dos/as assistentes sociais, necessário se faz aprofundar no tema da

“questão social” marcada pelo nascimento do capitalismo no Brasil. Pra isso, num primeiro momento, será observado a transição dos modelos produtivos e contextualizado o surgimento da questão social de modo geral, para após, sua incidência no Brasil.

A Europa Ocidental, entre os séculos XI ao XV, estava vivendo numa sociedade pautada no feudalismo, sistema este marcado pela propriedade agrária, bem como, pelo trabalho servil. Por isso, a subsistência desse povo, se dava através dos produtos advindos da terra. Portanto, o modo de vida rural era o padrão da época, pelo que a sociedade como um todo, estava atada a um sistema social rígido, que se dividia entre guerreiros, sacerdotes e pelos trabalhadores. As terras se dividiam em feudos, terras estas que, conforme dito antes, era o pilar econômico e social desse período. A produção acontecia de modo autônomo e independente, isto é, era produzido o suficiente para a manutenção e subsistência daqueles integrantes de cada feudo (HUBERMAN, 1979).

Entre os séculos XI e XII, a Europa ocidental e oriental, passam a realizar relações econômicas mais intensas entre si, pelo que passaram também a ter novas relações econômicas com o ocidente. A igreja, por sua vez, apoiou as Cruzadas, com o argumento de que essas serviriam para hostilizar os infiéis, bem como, propagar o evangelho. Com isso e, acima de tudo, pelo desejo de conquistar novos territórios, a navegação pelo mar mediterrâneo possibilitou que a Europa se aproximasse de novos povos e culturas, criasse novas rotas e expandisse seu comércio, o que foi de grande valia, uma vez que a população europeia estava aumentando em larga escala. Assim, o comércio se expandiu, organizando-se autonomamente, pelo que a economia e a urbanização se monetizaram, uma vez que, as novas rotas de comércio e os burgueses que queriam se libertar dos feudos, incentivaram a concentração populacional, o que resultou na edificação de cidades (ARAÚJO et al., 2015).

Inclusive, durante toda essa expansão comercial, precisou-se romper com os dogmas católicos, para que o desenvolvimento do comércio continuasse progredindo. Huberman (1979) conta que:

Os mercadores buscaram dar resguardo ao comércio em redor das ligas onde procuravam-se a obtenção de controle absoluto da prática, por meio do monopólio dos produtos, dos preços, e também, do mercado, sendo que, as pessoas que não eram associadas, não realizavam bons negócios. Todavia foi necessário o rompimento com a ideologia da igreja católica, pois esta enxergava nas relações comerciais, um impedimento à salvação, tendo em vista que, para a igreja, o lucro era reputado como pedaço de usura e, sendo a igreja possuidora de avantajada parte das terras europeias, conquistadas mediante pagamentos de beneficências e dízimos, a manutenção a ordem feudal ia a favor de seu interesse econômico (HUBERMAN, 1979, p. 43).

À medida que a vida nas cidades europeias ia se desenvolvendo, foi-se criando algumas novas necessidades, como o fornecimento de alimentos para a população urbana, e também, matérias-primas para o artesanato. Nesse cenário, as relações de trabalho começam a ganhar características particulares, a depender se do campo ou da cidade. Nesse sentido, Huberman (1981):

Quando emergem as cidades nas quais os munícipes se envolvem total ou principalmente do comércio e também da indústria, passam a ter necessidade de angariar do campo, o provimento de alimentos. Manifesta-se, portanto, uma divisão do trabalho entre o meio urbano e campo. Uma se centraliza na produção industrial e no comércio, o outro, na agricultura para o abastecimento do progressivo mercado estampado por aqueles que deixaram de produzir o alimento que usufruem (HURBEMAN, 1981, p. 51).

A produção, portanto, havia mudado em decorrência das novas relações comerciais. Conseqüentemente, as relações de trabalho também, tendo em vista que, os senhores das terras perceberam que seus servos se interessavam mais por um serviço remunerado por uma quantia salarial, ou seja, um trabalho livre, por relacionarem a mercantilização da mão de obra com uma chance de liberdade e de progresso, e isso era mais produtivo para o senhor feudal (ARAÚJO et al., 2015).

O comércio fortaleceu o Estado, e a burguesia desempenhava um papel importante nisso, tendo em vista que eram eles os pagadores de impostos. O Estado viu no comércio uma grande possibilidade de expansão econômica e, o valor dado ao trabalho, em consequência, passou a ter uma característica mercadológica, pautada na lei da oferta e da procura. Vê-se, nessa conjuntura, que o trabalho deixa de ter uma função cultural e social, e passa a sustentar toda a economia, desde o fornecimento de matérias-primas, servindo de sustentáculo para a produção. Por isso, pelo fato de a terra não ser mais de caráter político e social, mas sim econômico, os camponeses que viviam nos feudos acabam formando um grande grupo de indivíduos com poucas condições de vida, em virtude da expulsão desses das terras onde viviam. (ARAÚJO et al., 2015).

Diante disso, o trabalhador passou a ficar atado à comercialização de seu trabalho, uma vez que passou a precisar deste para sobreviver. É nesse meio que surge o mercado capitalista, pois o alvo naquele momento passou a ser o lucro. Marx (1996) já dizia que o valor do trabalho do indivíduo era intensificado, pelos grandes, no intuito de obterem cada vez mais lucro. Em países como a França e a Inglaterra, a situação não era muito

diferente, pois a burguesia também era apoiada pelo governo, que tinha também por objetivo de normatizar o capital, usando a mais-valia, onde as jornadas eram maiores e o trabalhador se tornava dependente desta.

O absurdo passou a ser tão grande que, em meados dos séculos XV e XVI, na Europa, criou-se uma lei que obrigava o trabalhador livre a comercializar sua mão de obra, sob pena de sanções estatais, indo desde castigos físicos para, até mesmo, pena de morte. Quando as punições ditas não mais tinham eficácia, passou-se a punir o trabalhador com a pena de escravidão. (MARX, 1996).

Diante de tantas hostilidades, veio, em 1789, a Revolução Francesa, que extinguiu com o feudalismo, bem como, proporcionou à classe trabalhadora, uma maior organização enquanto classe, porém a qualidade da vida desses indivíduos estava distante de ter alguma melhora. Apesar dos pesares, foi na Revolução Francesa que surgiram grandes manifestações políticas, bem como, serviu de parâmetro para o resto do mundo, em virtude do descontentamento das mudanças sociais ocorridas.

Vê-se, portanto que, as inúmeras contradições do sistema capitalista, ocasionam conflitos em que o resultado, é a tomada de consciência de classe. Nesse sentido, Araújo et al. (2015):

Os contratos produzidos pelo capitalismo, acarretam conflitos onde o fruto é a tomada de consciência de classe. Ela é derivada da percepção da totalidade do modelo capitalista. O proletariado, quando assimila que a sua circunstância é a corolário do desenvolvimento do capital, das suas consequências na vida social, que o retém ao pauperismo, sai do cenário de classe em si para classe para si. Os operários começam então a se oporem ao sistema, por meio de manifestações. Cataloga-se, nessa diretriz, a sucessão de vários protestos de múltiplos segmentos da classe dos trabalhadores que foram elaborando um dos fidedignos “produtos” da terceira década do século XIX: a consciência de classe, que ascenderia no movimento revolucionário do ano de 1848 (ARAÚJO, 2015, p. 8).

Os movimentos revolucionários que ocorreram em 1848, apontam para a incompatibilidade existente entre as classes sociais, o que faz emergir a questão social. A questão social, portanto, advém da expansão capitalista e da sociedade burguesa, sendo, na verdade, uma reunião da relação entre capital e trabalho. Diante de tantas sequelas proporcionadas pelo capitalismo, como a desigualdade social e a exploração do trabalho, é que se funda a questão social, que será melhor detalhada posteriormente (IAMAMOTO, 2012).

Na Europa ocidental, portanto, surge a questão social em meados do século XIX, nos mais distintos ambientes públicos, como um fenômeno novo, advindo do progresso do modo de produção capitalista (NETTO, 2001).

No Brasil, a introdução do sistema capitalista se dá no contexto de alguns processos políticos, no qual houve transição de sistemas. Com a abolição da escravidão em 1888 e a proclamação da República em 1889, o país tomou novos rumos. O xeque mate desse processo pode ser localizado no final da década de 1950, onde as atividades industriais superaram as agrícolas (SAES, 2015).

Com o advento do capitalismo, o Brasil passou por uma visível divisão de classes. Desigualdades já existentes se intensificaram e se agravaram. Os indivíduos menos favorecidos buscavam seu espaço e força social e, a burguesia estava no domínio do poder, o que gerou um grande conflito de massas. Grupos sociais foram suprimidos, como é o caso do proletariado. Atos de repressão eram habituais e, a busca pelo poder pelas classes dominantes era a todo tempo (IAMAMOTO, 2004).

Nesse cenário caótico, enquadra-se a “questão social”, que foi realçada por alguns acontecimentos. As relações de trabalho foi um deles, tendo em vista que, a busca pela produtividade na sociedade capitalista era constante, o que gerou uma exploração da classe operária. Jornadas de trabalho exaustivas, horas extras intermináveis, intensificação do ritmo de trabalho, eram consequências da demanda capitalista (IAMAMOTO, 2004).

Como a sociedade estava centrada em renda e capital, para as classes dominantes, os assalariados ficaram na miséria. Fome, enfermidades, aumento de acidentes de trabalho, eram características habituais na vida desses indivíduos. No que tange à voz política dessa parcela da população, esta era inexistente.

Surge então a necessidade de se tratar a “questão social”, para que a luta entre classes fosse apaziguada, isto é, como uma divisora de águas entre a repressão e a assistência, o que gerou a intensificação de programas de cunho assistencial. Tais programas eram regulados pelo governo, e possuíam políticas públicas para garantia da estabilidade social, bem como, para auxílio à expansão do capitalismo. Iamamoto (2004) complementa o assunto, quando diz:

A nova particularidade no enfrentamento da questão social, no que toca à assistência, é que ela passa a ser organizada de forma a atender a dois requisitos: propiciar a acumulação de capital pela iniciativa privada e subordinar-se aos padrões da segurança nacional. Em contrapartida, os programas assistenciais são mobilizados pelo estado como ponto oposto ao

peso político do proletariado e demais trabalhadores, tal como, à sua capacidade de pressão, visível durante a crise do poder burguês. A intenção era de que, através deles, fosse possível paralisar-se as manifestações da oposição, e ainda, recrutar-se um apoio ao menos passivo ao regime, despolitizar organizações trabalhistas, no intuito de privilegiar o trabalho assistencial em lugar da luta política-reivindicatória. Desse modo, a política assistencial é difundida até os sindicatos. Trata-se da utilização da assistência como meio de comedir o conflito social em nome da ordem pública e da segurança nacional (IAMAMOTO, 2004, p. 83).

Há então o surgimento das medidas assistenciais. A abordagem da questão social está justamente nisso. As medidas vieram para ir contra um Estado repressivo e capitalista, bem como, para que as tensões sociais não ficassem ainda mais graves (PIRES, PITT e RIBEIRO, 2019).

O campo de atuação do Assistente Social vai ficando cada vez mais abrangente. Os profissionais tinham que lidar agora com o modelo político imposto, pelo que passaram a ser designados para várias demandas e funções, no que tange à luta para implantação de políticas sociais. Sobre isso, Carvalho (2019) ensina que:

Parte-se da premissa de que as políticas sociais são, desde sua constituição, um campo de tensões, contradições e disputas. Deve-se entender a política social em sua completude, isto é, como processo e resultado de relações herméticas e paradoxais que se instituem entre Estado e sociedade civil, no âmbito dos conflitos e luta de classes que circundam o processo de produção e reprodução do capitalismo. É que as políticas sociais não devem ser entendidas como a solução para as contradições do modelo de produção capitalista, tampouco como ações para o bem comum, descoladas e distantes da esfera da produção econômica. Longe disso, elas necessitam ser concebidas em sua integralidade e na sua heterogeneidade, enquanto processo contraditório e dialético que é. (CARVALHO, 2019, p. 3).

Visível foi o fato de que, o Serviço Social, ao longo de seu desenvolvimento e de sua consolidação, tem de lidar com o modelo societário capitalista, uma vez que nasceu no bojo deste. Nesse cenário, desde os primórdios da profissão, buscou-se sempre a diminuição da desigualdade social, por meio de ações e serviços assistencialistas (PIANA, 2019).

Certo é que, houve certa ampliação da esfera de trabalho do Assistente Social, bem como, sua legitimação, diante da implantação do capitalismo, o que, nada mais é, do que uma resposta para a divisão de classes e para a desigualdade social, advinda com o modelo político imposto.

Decerto, existe uma conexão intrínseca entre o modo de produção do capitalismo com o Serviço Social. Esse laço é melhor identificável quando se passa a entender que, o Serviço Social, como profissão, acaba por ser comprometido com a ordem monopólica.

É possível analisar da seguinte forma: o Assistente Social é um ser social que labora, isto é, suas origens pautam-se no trabalho. O trabalho por sua vez, é algo vital na vida do ser social, tendo em vista que, é através dele, que o homem passa a ter condições dignas de sobrevivência, bem como, traz sentido à vida. Lessa (1996) já dizia que, ao trabalho, cabia, até mesmo a predominância na evolução do mundo dos homens, visto que apenas nele, se enxerga o novo, o que impulsiona a humanidade a estágios solenes de sociabilidade.

O capitalismo, por sua vez, entra na sociedade e muda as formas de trabalho. Desde sua criação, crises e renovações, o sistema de capital, de maneira ferina, concebe um cenário onde o trabalho tem suas acepções corrompidas, fato este que afeta, diretamente, o modo de viver do ser social, uma vez que restringe suas chances de desenvolvimento, bem como, coíbe suas possibilidades de amplificação de uma vida preenchida de sentido, fazendo com que suas faculdades fiquem empobrecidas (ANTUNES, 1995).

Com a mudança dos modos de produção os valores sociais também mudaram. Mas não só isso, tudo mudou, as relações sociais mudaram. Não só no mundo trabalhista, mas para além disso, o que demandou, dentre outros, o Serviço Social, para que houvesse uma mediação social. Vê-se portanto, que o Assistente Social é chamado para oferecer respostas, às implicações do capitalismo, isto é, além de cuidar de pleitos relativos à questão social, o profissional acaba por se integrar nessa realidade, sofrendo da mesma forma com os enredos capitalistas (TINTI, 2015).

Apesar do Assistente Social ser considerado como um profissional liberal, existe um grande embate entre sua forma autônoma de trabalho e sua posição de assalariado. Isso porque, mesmo que o assunto esteja regulamentado, conforme será visto no decorrer da pesquisa, com relação a autonomia teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa do profissional, este está adstrito a contratos de trabalho, públicos ou privados, pelo que acaba por se tornar um trabalhador assalariado (IAMAMOTO, 2006). Da mesma forma, as condições de trabalho desses profissionais são, geralmente, degradantes, Guerra (2010) acrescenta:

Ocasionalmente, as ações contínuas, reiteradas e acríicas, os imediatismos, a divisão do trabalho, a necessidade de dar explicações, a imposição de buscar soluções individuais, sendo responsável pelo seu sucesso ou frustração, provoca doenças profissionais, diante à pressão para a resolução dos problemas que demandam respostas instantâneas e urgentes (GUERRA, 2010, p. 722).

Necessário se fez a abordagem acerca da relação com o Serviço Social e Trabalho, para ver que, até hoje, o profissional deve intervir nos males sociais que o capitalismo acarretou.

O profissional atual, portanto, deve sempre estar atento aos desafios que vão aparecendo na vida em sociedade, que existem diante o modelo político-econômico existente. Corroborando com isso, colaciona-se as palavras de Yazbek (2000):

A profissão, encontra desafios diários, para interpretar algumas das lógicas do capitalismo moderno, principalmente no que se refere às mudanças no universo trabalhista, nos processos desconcertados dos processos de tutela social e da política social em geral e o crescimento da pobreza e a exclusão social. O Serviço Social vê-se defrontado e impelido a interpretar e interceder por essa sociedade de transições dispostas nas novas expressões da questão social: a escassez do trabalho, a penalização dos empregados, o desemprego, a violência em suas variadas espécies, a discriminação de gênero e etnia e grandes outras demandas relacionadas à exclusão (YAZBEK, 2000, p. 29).

Tal afirmação da autora supracitada deixa claro ao leitor que o profissional do Serviço Social não pode ficar atado ao conservadorismo, uma vez que a sociedade está em constante transformação, fazendo-se necessário uma reavaliação da atuação profissional, constatemente.

### 2.3 Conservadorismo: uma tendência perigosa

Como nota complementar e, para fins didáticos, necessário se faz a dissertação sobre o que é o conservadorismo, para que seja possível correlacioná-lo com o Serviço Social.

O conservadorismo surgiu em um momento muito notório para a história moderna, quando o feudalismo era deixado no passado e, dava-se início ao capitalismo, com a ascensão dos burgueses e mudança de toda ordem social. De início, os antigos grupos que detinham o poder, como o clero e a nobreza, ofereceram resistência ao novo sistema, pois não teriam mais suas prerrogativas anteriores. Portanto, a partir do momento em que clero e nobreza passaram a defender o feudalismo, tem-se a marca de nascimento do conservadorismo.

Melhor dizendo, o chamado conservadorismo clássico nasceu no decorrer de grandes mudanças societárias, que atingiram seu apogeu quando em meio a Revolução Industrial e Revolução Francesa, na Europa Ocidental, sendo que, esse cenário caótico já vinha se revelando, conforme dito anteriormente, desde a crise do feudalismo, no século XIV. Portanto, os antigos nobres que compunham o sistema feudal, lutavam contra as mudanças societárias, tendo em vista que, perderiam suas prerrogativas e ficariam num mesmo patamar que os demais.

Em meio a tantas mudanças e lutas e, com a consolidação do capitalismo, o conservadorismo foi intensificado novamente, principalmente após o ano de 1848, voltando a ser predominante nas questões sociais. Netto (2001) aponta que, nessa época, se buscou soluções para as questões sociais, através da recristianização e da educação moral dos indivíduos, isto é, por uma conscientização individual, ajustando assim, as pessoas para o modo de pensar capitalista. Também em 1848, houve a chamada decadência ideológica, onde os burgueses adotaram o conservadorismo e, em consequência, deixaram para trás grandes recursos teóricos que foram intensamente trabalhados durante a idade moderna, com Marx, Hegel e outros.

Hoje em dia, a busca por capital é cada vez maior, bem como, a desigualdade social, a mercantilização de serviços essenciais e a banalização do ser humano é concretamente visível. É nessa conjuntura que os ideais conservadores se revigoram, cada vez mais, todos os dias (EUFRASIO, 2015).

Muito se fala sobre conservadorismo, mas é preciso um parêntese para tentar conceitua-lo. O conservadorismo, portanto, está atado do desejo de manter alguma estrutura, com ausência de disposição para mudanças, levando-se em consideração que, transformações podem significar riscos. Melhor dizendo, com base nos ensinamentos de Silva (2010), um pensamento conservador está relacionado com a vontade de manter certa coisa intacta, com rejeição ao novo e a qualquer variação.

Sobre o que são práticas conservadoras, Pires, Pitt e Ribeiro (2019), salientam que:

Destarte, é plausível alegar que, as práticas e condutas conservadoras são ações de resistência relacionadas às ameaças de mudanças, sejam do âmbito social, econômico, político ou familiar. De modo mais enérgico, a defesa dessa forma estática de vida, dos pensamentos conservadores, pode se manifestar de forma mais extrema e violenta acerca do que está sendo debatido (PIRES, PITT e RIBEIRO, 2019, p. 3).

Levando o exposto em consideração, é visível que o conservadorismo é um pensamento político, que deseja preservar alguns valores tradicionais na sociedade, como

tradições, a família, religião, comunidade e costumes. Apesar da aversão a mudanças, o pensamento conservador, a depender, pode vir a aceitar mudanças, desde que feitas de forma mais gradativa e não radicalmente (KIRK, 1953).

Em algum ponto da vida, o ser humano tende a ser conservador, nem que seja em poucos aspectos. O medo da mudança ou, o apego à zona de conforto, leva à aversão a mudanças, o que pode levar a um indivíduo a aceitar sua situação atual, por mero costume.

Quando se analisa o pensamento conservador na sociedade atual, visível é que sua aplicação pode ser lesiva para as tramas e relações sociais. Um pensamento que é conservador e extremista acaba por gerar, muitas das vezes, ideias preconceituosas, como alusão ao racismo, ao capacitismo, à homofobia, à xenofobia, entre outras.

A exemplo da gênese do Serviço Social brasileiro, carregado do moralismo religioso da Igreja Católica, este tópico trará exemplos de experiências da profissão em alguns países europeus que sofreram com regimes ditatoriais e como os/as assistentes sociais atuavam atendendo aos interesses desses governos através de políticas sociais e práticas eugenistas (Alemanha nazista), ultranacionalistas/anticomunistas (Espanha de Franco), e até mesmo criação de “colônias infantis” para lavagem cerebral e controle social de crianças criadas por família de esquerda (Grécia nos anos 50). Além do recorte no Serviço Social Europeu, também é colocado como se construía a profissão nos países de capitalismo periférico. Objetivando fortalecer a expansão do capital e amortecer a colonização de países imperialistas, assistentes sociais atuavam inclusive na repressão de culturas indígenas na tentativa de impor a modernização econômica e a concepção de família nuclear. Outro ponto de destaque demonstra como os profissionais contribuíram para o avanço do darwinismo social reproduzindo opressões com deficientes físicos e mentais, opressões de gênero, orientação sexual, raça e etnias.

Pelo exposto, a presente pesquisa irá abordar questões de suma importância e de relevância social, que merecem a atenção do assistente social, para que uma sociedade mais justa e igualitária possa ser construída e consolidada, com a devida participação da profissão.

Citar-se-á os exemplos da atuação dos profissionais do Serviço Social no mundo, e aqueles que mais conversem com o tema proposto nesta pesquisa científica. Isso no intuito de demonstrar que, nem sempre, a profissão seguiu na direção dos propósitos profissionais hoje existentes.

Um dos mais manifestos exemplos da atuação conservadora do Serviço Social, a níveis internacionais, é concernente com o exercício profissional de assistentes sociais

jovens e comunitários(as) na Alemanha, quando comandada pelo nazismo. Entre os anos de 1920 e 1930, a neutralidade advinda dos profissionais do Serviço Social, demonstrou uma perceptível ablepsia da profissão diante da trágica Alemanha, comandada por Adolf Hitler (TONIOLO, 2019).

A Alemanha passava por um cenário caótico, tendo em vista que, a política social vigente, tinha propósitos trágicos. O país estava dominado por uma ideologia que tendia a marginalizar, discriminar e apartar aqueles que eram ditos como indignos de serem cidadãos, tanto socialmente, quanto fisicamente. A sociedade estava distorcida, as famílias eram “educadas” para que absorvessem e assimilassem sobre a função diferenciada que estava sendo atribuída ao Estado alemão (LORENZ, 2004).

A prerrogativas de gênero eram explícitas. O homem, perante uma sociedade patriarcal, tinha como função, a de ser um cidadão exemplar, bem como, um bom combatente. Sob outra perspectiva, a mulher tinha quase que uma única função: a de cumprir seu papel e suas responsabilidades como mãe. A Alemanha nazista requeria, de forma imponente e absoluta, que as mulheres desertassem de suas carreiras, tal como, que se empenhassem a trazer à vida, vários filhos. A mulher estava diretamente, portanto, condicionada à sua família, pelo que tinha um papel de suma importância: formar perfeitos e sublimes arianos (TONIOLO, 2019). Haste (2001) complementa que, os nazistas tinham que as mulheres nasciam para serem belas e férteis.

As políticas de Estado, empenhadas para garantia da prática exitosa de todos os objetivos impostos pelo governo fascista, foram executadas através de um programa de gratificações, firmado por créditos magnânimos e reconhecimentos morais. Nessa conjuntura, os assistentes sociais, e demais profissionais, como os psicólogos, foram de modo direto envolvidos nas demandas de monitoramento e de desenvolvimento das famílias, assim como, nas causas onde procurava-se doutrinar crianças e adolescentes, para a concepção opressora de mundo (TONIOLO, 2019).

As crianças alemãs, da época, portanto, foram ensinadas a se tornarem cidadãos obedientes ao Estado e também, a não o questionar. Sobre isso, Zentner e Friedmann (1991) dizem que:

Em sua mais tremenda dimensão, o programa educacional instruíra crianças na pseudociência da eugenia, no mesmo momento que as incitavam a se unir às Organizações da Juventude Nazista, assim como, a se planejarem para a guerra, que poderia acontecer a qualquer instante. Deveria existir duas ideias educacionais basilares, no Estado ideal concebido por Hitler. Primeiramente, deveria haver um abraço dentro do coração e do psicológico dos jovens, acerca da ideia de raça. Em um momento posterior, os jovens alemães deviam se preparar para a batalha, pelo que eram bem-educados para vitória ou a morte.

O objetivo finalístico da educação, era amoldar cidadãos conscientes da majestade da nação e ainda, dotados de uma devoção fanática para a causa nacional (ZENTNER e FRIEDMANN, 1991, p. 79).

Infelizmente, a educação desses(as) jovens alemães era assistida por, dentre outros, assistentes sociais. Os profissionais, a título de exemplo, levavam os jovens a centros de detenção de indivíduos com deficiência, aonde assistiam o denominado “show de aberrações”, no intuito de que pudessem ter um “choque de realidade” da hierarquia racial. Aprendiam ainda que a família, no caso a ariana, deveria passar por um processo de reestruturação, bem como, aqueles portadores de deficiência, deveriam ser tidos como defeituosos. Kunstreich (2003) ensina que:

Essa política foi elaborada por duas causas: a primeira, como um produto da política de eugenia social; a, segunda, no intuito de passar uma mensagem à sociedade, de que o governo nazista estava no poder e comanda da vida pública e privada de todos os cidadãos alemães. Os Assistentes Sociais eram vivamente incluídos nesses projetos e laboravam lado a lado com autoridades no reconhecimento de crianças indignas, bem como, facilitavam sua supressão (KUNSTREICH, 2003, p. 23).

Inclusive, os/as assistentes sociais e outros profissionais, eram intimados pelos tribunais de saúde genética, que existiam na época, para que informassem acerca da existência de crianças portadoras de alguma deficiência ou que sofressem de alguma moléstia emocional (JOHNSON e MOORHEAD, 2011).

Um outro exemplo histórico internacional a ser citado, é a Espanha, quando comandada por Franco.

Em muitos países da Europa, a profissão do Serviço Social, moldou-se de regras e ideologias advindas do regime militar. Cita-se como exemplo, a guerra civil havida entre os anos de 1936 a 1939, na Espanha. Nesta época, foi ofertado, a mulheres e crianças, vestígios de uma sociedade utópica, pautada em pilares de solidariedade, justiça social e igualdade de gênero. Durante o regime militar de Franco, ditador este que saiu vitorioso da guerra civil supracitada, tais princípios e garantias foram alvo de ataque, uma vez que o déspota tinha ideais em contrário à justiça e igualdade (TONIOLO, 2019).

Apesar dos ideais contrários de Franco, este percebeu como os *serviços sociais* em geral eram significativos para toda a sociedade, pelo que reconheceu tal importância no campo das ideias. Melhor dizendo, Franco se valeu dos *serviços sociais* para, dentre outros, ganhar seguidores (TONIOLO, 2019).

Num primeiro momento, os *serviços sociais* na Espanha de Franco, seguiram a mesma linha daqueles da Alemanha nazista. Por exemplo, as mulheres perderam todo e qualquer autoridade e gestão, seus direitos políticos foram cessados, o trabalho feminino passou a não ter remuneração, bem como, existiam “apenas” para desempenhar seu papel de mãe, provendo sua prole para a nação. O purismo racial, portanto, estava enraizado na sociedade, pelo que, a manutenção da raça pura, como assim destacavam, era de suma importância (TONIOLO, 2019).

O que diferenciava a Espanha de Franco, para a Alemanha de Hitler, era que, a primeira entendia que a concepção de raça, não estava interligada com a aparência física de alguém, mas sim, era inerente à construção de uma unidade social, nacional, política e cultural, manifestamente límpida. Na Espanha, judeus e pessoas com deficiência não eram o alvo, mas sim, o comunismo e a modernidade. Em outras palavras, o governo espanhol não estava nem um pouco interessado em progresso, capital, nem culturas adversas àsquelas tradicionais do local (VILLACAÑAS, 1948).

Na Espanha, a Igreja católica desempenhou um papel fundamental no desenvolvimento do Serviço Social, tendo em vista que tinham compatibilidade com os dogmas da época. Colaciona-se os ensinamentos de Duro (2008) sobre a questão:

O anticlericalismo da Segunda República foi trocado pelo anticomunismo e, como o mais relevante objetivo da Igreja católica espanhola. Esta nova cruzada do catolicismo espanhol pretendeu a “a hidra da revolução social e política que progrediu com a república”. Quase todas as instituições de Serviço Social na Espanha deste período estavam sob o direto comando da Igreja. O currículo e os processos admissionais certificavam que as hipóteses de “contaminação política” entre os discentes de Serviço Social e seus praticantes eram ínfimas. O Catolicismo Nacional, absolutamente submisso ao regime fascista, estava, de modo direito, no controle dos serviços sociais e da formação em Serviço Social (DURO, 1948, p. 21).

No início da ditadura de Franco, os/as assistentes sociais tinham atribuições paternalistas, bem como, tinham de orientar os hipossuficientes, sobre auxílios e controle moral. A título de exemplo, a segunda escola de Serviço Social, construída em Madrid, logo no início do regime ditatorial, possuía ideias de que, a assistência social, era na verdade, uma área feminina de estudos que, detinha como objetivo, a formação de mulheres, para que estas servissem a sociedade, ou ainda, para que esse público feminino tivesse uma educação melhorada, afim de que se tornassem boas mães e praticantes do cristianismo (TONIOLO, 2019).

Cerca de trinta anos após o fim da guerra civil, os *serviços sociais* espanhóis, ainda estavam envolvidos por instrumentos ilícitos, fundados por oficiais do Estado e pela Igreja, como o rapto de menores, sendo a maioria pobres e de ideais de esquerda, no intuito de promover adoções ilícitas, a famílias cujo pensamento fosse o nacionalista. A igreja possuía grandes prerrogativas nesta época, pelo que, formou e regeu várias instituições de bem-estar, de acordo com os ditames de Franco, tal como, a própria formação e construção do Serviço Social, que se tornou um produto histórico deste período (TONIOLO, 2019).

A formação em Serviço Social deste período, portanto, englobava três cursos. O primeiro era voltado para a educação religiosa, possuindo quatro disciplinas: Psicologia Geral, Sociologia Geral, Metodologias do Serviço Social e Práticas do Serviço Social. Já o segundo, também direcionado para educação religiosa, objetivava o ensino da doutrina social da igreja, tendo como disciplinas: Psicologia Genética e Diferenciada, Estrutura Social, Serviço Social Individualizado e Grupal e as Práticas do Serviço Social. O último curso, também denominado de educação religiosa, cuidava de ministrar acerca do código moral profissional (GÓMEZ e BUENDÍA, 2009).

Portanto, na Espanha de Franco, o Serviço Social adquiriu caráter profissional no âmbito do catolicismo, pelo que os dogmas da igreja permaneceram enraizados nas escolas de Serviço Social por um longo tempo. Ressalte-se que, o Serviço Social neste período, não estava interligado com ideias reacionárias políticas nem a movimentos sociais. Ativistas, nessa fase da história eram tidos como doentes mentais e, por isso, eram internados em centros de saúde mental.

Casos análogos também ocorreram na Grécia, onde, durante a guerra civil, assim como na Espanha, havia o rapto de menores, geralmente com ideologia de esquerda, para sua relocação em famílias favoráveis ao regime vigente. Os profissionais do Serviço Social da época, de acordo com documentos e fatos históricos, estavam, infelizmente, ligados à essa prática, ali em torno do ano de 1950 (DURO, 2008).

Na Grécia, o Serviço Social era concebido como uma espécie de ciência de caridade, o que ia de contra aos princípios socialistas reivindicativos, que prezavam pela solidariedade social. Sobre a formação dos profissionais do Serviço Social, Toniolo (2019) diz que:

A divisão da formação em Serviço Social do setor universitário, até o ano de 1994, ensejou que o treinamento estivesse exclusivamente sob a incumbência das instituições de caridade, associadas às “Senhoras da Rainha” e a demais instituições da própria Igreja. Até meados dos anos 60, a imensa maioria dos estagiários do Serviço Social tinham que comparecer, pelo menos a uma área

de estágio, conectado a crianças que pugnavam por “proteção do comunismo e educação nacionalista” (TONIOLO, 2019, p. 26).

Em antagonismo com as funestas histórias do Serviço Social na Europa, que estavam condensadas, acima de tudo, com a produção de um espírito nacional, de famílias submissas e de raça transcendente, nos países do capitalismo periférico, como o Canadá, a Austrália e a Dinamarca, a profissão foi concebida como um mecanismo de comando colonial (GÓMEZ e BUENDÍA, 2009).

Num cenário marcado por contradições externas e internas do colonialismo, o Serviço Social, não se encontrava apenas persuadido por políticas coloniais, mas se revelava ainda mais como um produto de uma nova era, voltada para o colonialismo. Em meados do século XIX e início do XX, a sociedade baseada na produção mercantil, onde a busca por capital era incessante, tendeu a substituir métodos militares de colonização, por unificações mercantis e assimilação cultural (TONIOLO, 2019).

O Serviço Social, nessa conjuntura, se desenvolveu nos liames de controle social, bem como, para reconfigurar instituições socioculturais. Cita-se como exemplo, a atuação desses profissionais em terras indígenas, onde os valores coloniais eram impostos dentro do domínio dos nativos. Aqui novamente, como os casos acima citados, houve o rapto infantil, para recolocação destes infantes em novas famílias, tidas como mais adequadas, cultural e socialmente (TONIOLO, 2019).

Ainda, em meados do século XIX, importante destacar a atuação dos profissionais do Serviço Social, em terras britânicas. Nesse período, na Grã-Bretanha, os institutos que prestavam atendimento social estavam envoltas ao processo de migração coercitiva de crianças britânicas, em destino a outros países pertencentes ao Império Britânico, como era o caso da Austrália, da Nova Zelândia, do Canadá, do Zimbábue e da África do Sul. Tal prática era justificada como uma tentativa de salvação desses pequenos seres humanos, isto é, era o Estado ofertando uma nova oportunidade de vida às esses jovens, tendo em vista que não teriam que ser submetidos à ameaças físicas e morais, decorrentes das conquistas de território pela Grã-Bretanha na época. (TONIOLO, 2019).

Muitas crianças chegaram ao Canadá, na metade do século XIX. Essa prática foi chamada de abdução filantrópica. Essas crianças, geralmente na faixa dos onze anos de idade, ou menos, ficavam acompanhadas por uma espécie de guardião ou algum representante da instituição que provia o envio dos menores. Apesar disso, errôneo pensar que esses seres humanos ofertavam algum tipo de proteção às crianças imigrantes (BEAN e MELVILLE, 1989).

Entre os anos de 1870 a 1925, estima-se que cerca de vinte e cinco instituições filantrópicas, estavam envolvidas no envio de crianças ao Canadá. Como exemplo, em 1880, aproximadamente, 540 crianças migraram para o referido país. O Canadá foi o país que mais recebeu crianças imigrantes, continuando assim até o final de 1930. Reputa-se que, no total, 100.000 crianças foram vítimas dessa migração forçada, no período supramencionado. A situação ainda se agravava pelo fato de que, a qualidade de vida dessas crianças não era nada boa. Geralmente, passavam a viver em propriedades rurais distantes, com uma cultura e clima totalmente adversos de seu país de origem. Ainda, mesmo que enviadas com familiares, durante o processo migratório, eram separadas de seus parentes e submetidas a grandes jornadas de trabalho, desumanas e penosas (BEAN e MELVILLE, 1989).

A migração infantil teve sua justificativa alterada, no início do século XX, onde as crianças passaram a ser tidas como tijolos da construção imperial. Assim, com um contingente de pessoas, haveria um bom “estoque” britânico, pelo que, proporcionaria ao Império, a chance de acabar com futuras revoltas e motins. A caráter de exemplo, cita-se o caso do Assistente Social, chamado Thomas Sedwich, que “ajudou” cerca de 50 púberes para a Nova Zelândia, no ano de 1910 (BEAN e MELVILLE, 1989).

A Austrália também foi palco de recebimento de crianças imigrantes. Como se não pudesse piorar, as crianças que lá chegavam, passavam por uma triagem, onde era averiguado se estas possuíam boa visão, estrutura óssea forte e se era, no geral, pessoas saudáveis. Para eles, tal avaliação era importante, tendo em vista que, esse público infantil era destinado a viver em sertões, onde a qualidade de vida era desfavorável. As crianças moravam em tendas, aprendiam a nadar e passavam por uma bateria de exames médicos. Aqueles que possuíam problemas na visão, por exemplo, não eram considerados aptos para a migração. Estima-se que cerca de 10.000 crianças, chegaram na Austrália, nos anos de 1945 a 1970 (KERSHAW e SACKS, 2008).

Ressalta-se ainda, por oportuno e necessário que, no século XX, o Serviço Social ainda era muito influenciado pela eugenia. A eugenia, teoria que busca produzir uma seleção nas coletividades humanas, baseadas em leis genéticas, perdurou por muito tempo na profissão, podendo ser identificadas, notadamente, desde a Alemanha nazista. Na Alemanha, onde adotou-se o darwinismo social, que também tinha por base a separação de classes mais e menos privilegiadas da população, baseado em condições físicas e sociais, também havia participação de Assistentes Sociais. Os profissionais contribuíram para o avanço desta ideologia, bem como, se valeram dela na sua atuação, infelizmente,

contribuíram em processos de diagnóstico de raças chamadas de medíocres, e ainda, para que fossem identificadas pessoas tidas como indignas para o sistema.

É possível perceber, pela apresentação do Serviço Social no âmbito internacional que, muitos profissionais antigos da área, se mostravam com uma preocupação maior no resguardo de interesses tal como, que a profissão continuasse viva, às custas de qualquer comprometimento extensivo à justiça social. Destaca-se o dito por Toniolo (2019).

Constantemente embuçado por uma narração disserta do positivismo eclético, as concepções e filosofias do profissionalismo, transpareceu uma despolitização sistemática do Serviço Social, que o converteu em atividade de trabalho para processar a população carente, os desvalidos, os políticos militantes e os opositores dos interesses dos privilegiados (TONIOLO, 2019, p. 43).

O Serviço Social no mundo, desenvolveu-se através do controle do Estado. Nos lugares onde as associações sociais eram vinculadas ao opressor, Estado ou à Igreja, não havia lacunas para aqueles profissionais, em particular, formassem movimentos de resistência que surtiram algum efeito de mudança (DURO, 2008).

Aproximando à realidade da profissão no âmbito nacional, o Serviço Social na América Latina teve suas particularidades e se faz necessário destacá-las. A Igreja Católica, assim como nos casos europeus teve forte influência, entretanto, a inserção no mercado global dos países latino-americanos em condições de subordinação aos países de capitalismo central ocasionou em uma conjuntura de intenso pauperismo e superexploração da força de trabalho, reforçando assim, ações meramente instrumentais e pragmáticas.

Por outro lado, essas particularidades possibilitaram à categoria condições objetivas para questionar as contradições da profissão. Como exemplo, foi construído o Movimento de Reconceituação, um dos marcos fundamentais do Serviço Social na América Latina que, em uma de suas vertentes teórico-metodológicas (a de intenção de ruptura) busca romper com o conservadorismo e critica o discurso da neutralidade profissional. Além da intensificação da luta de classes, onde movimentos sociais, organizações políticas, categorias profissionais promoveram a organização da classe trabalhadora.

Apesar do cenário caótico, algumas assistentes sociais fizeram parte da resistência. Portanto, tais atos de bravura não podem deixar de ser comentados, uma vez que, apesar de tantas condutas opressoras, muitos indivíduos do Serviço Social procuraram fazer a diferença, em busca de uma sociedade melhor. Cita-se como

exemplos, a assistente social, afro-americana, chamada Thyra Edwards, que saiu de sua terra de origem até Barcelona para fazer parte das brigadas antifascistas, formadas no decorrer da Guerra Civil Espanhola. Ainda, a Assistente Social, judia, nascida na Polônia, chamada Irena Seendlerowa, uma esplêndida profissional que contribuiu para que, aproximadamente, 2.500 crianças fossem resgatadas e salvas, de bairros de segregados, de Varsóvia, nos anos de 1940 a 1943 (TONIOLO, 2019).

Portanto, a intenção aqui não é de enfatizar o sentimento de culpa aos assistentes sociais envolvidos em movimentos opressores e fascistas, bem como, ao mesmo tempo, faz-se necessário assumir-se certas responsabilidades, para que a realidade atual possa se basear em fatos e mudar o presente. Compreender o contexto histórico da profissão, a níveis internacionais, é importante para a absorção de certos paradigmas que fazem parte da formação da sociedade, e que ainda, acabam por persuadir os indivíduos, grupos organizados e demais entidades nela inseridos. O processo se revela doloroso, mas necessário, por servir de pilar para que se encontre resposta a questões vitais acerca da natureza controversa característica da profissão.

Como visto, o Serviço Social nem sempre seguiu os caminhos e ideais conhecidos na atualidade. A profissão foi sendo humanizada com o passar do tempo, o que demonstra, como o conservadorismo enraizado na profissão, não pode continuar prosperando nas atividades profissionais atuais.

### 3 ESTRATÉGIAS DE SUPERAÇÃO DO CONSERVADORISMO

Diante do cenário atual do capitalismo, consumismo, individualismo e afins, os/as assistentes sociais passam a necessitar de técnicas e estratégias para que sua trajetória continue tendo os valores e os princípios éticos e políticos que ascenderam a profissão durante os últimos anos.

É sabido que o conservadorismo ainda está visível tanto durante a graduação, quanto no exercício da atividade profissional do assistente social. Apesar de ser lamentável, na verdade, não deve ser um lamento pessimista, mas serve de base para uma postura analítica, crítica e objetiva a qual, como diz Netto (2009, p. 05) “é a única capaz de nos permitir destruir a pseudoconcreticidade do real”.

O conservadorismo, portanto, acaba por subordinar a profissão ao capital, o que é o contrário dos ideais do Serviço Social. Além disso, o conservadorismo, nos dias atuais, vem se reatualizando e ganhando força, devido a ideais societários, em várias áreas de atuação. Sobre o crescimento perigoso do conservadorismo, Netto (2009) evidencia que:

Com relação ao avanço do conservadorismo, é possível dizer que se cobiça potencializar uma ideia de reatualização do conservadorismo no campo do “fazer profissional”, pertencente e estabelecida pelo crescimento de atributos conservadores no decorrer da formação profissional, que engloba o pensamento pós-moderno nos currículos, alheio às Diretrizes Curriculares. Revigoram-se assim alguns vestígios conservadores, como a reaparição do metodologismo baseado no tecnicismo e legalismo positivista, como condição indispensável, tanto na formação quanto na pesquisa, na crítica da política, como peças elementares para o pensamento crítico. Assevera-se a ideia de que uma técnica apropriada, ou um conjunto delas, pode recolocar a análise crítica e a ação política coletiva na mudança da realidade. Com efeito, essas afirmações, concebem, produções e perspectivas teórico metodológicas, norteadas por óticas conservadoras, prescritivas e descritivas, enfatizando o empirismo e menosprezando o pensamento crítico e a intervenção comprometida, com a oscilação do todo (NETTO, 2009, p. 6-7).

O que o profissional precisa fazer, portanto, para que o conservadorismo seja cada vez menos frequente no seu dia-a-dia profissional?

Certo é que o profissional da atualidade necessita se requalificar, precisa ter sua visão crítica da realidade, baseando-se em atitudes reflexivas, analíticas, investigativas e propositivas face à realidade. Isso quer dizer que o profissional deve ser mais ousado, no sentido de estar sempre atento e disposto a entender e a se valer de novas propostas e caminhos apresentados à profissão. Nesse sentido, Vasconcelos (2015) ressalta que:

É nesse emaranhado, hermético e antagônico processo, que o Assistente Social pode equipar-se do que for necessário e inteirar-se com

qualidade, propriedade e cuidado, a longo prazo, para que tenha condições de resistir às atribulações do dia a dia profissional, que abarcam, além das lamentáveis condições de trabalho, investidas alienantes e neutralizantes, o que reclama não somente alianças vitais com o que se põe na realidade imediata e mediata, mas estar alerta e crítico face às ardilosas, capciosas e utópicas facilidades oferecidas pela sociedade capitalista, que servem para, em verdade, desorganizar o cotidiano profissional e para inibir que os profissionais se constituam como sujeitos da atividade profissional na direção social decidida (VASCONCELOS, 2015, p. 235).

Não basta o profissional se indignar com a sociedade capitalista, violenta, gananciosa ou desigual, é preciso mais. O assistente social deve construir sua consciência moral, para que consiga traçar estratégias e propor ações tácitas, aptas a fazer com que haja alguma intervenção na democratização da sociedade, com o intuito desta ser mais igualitária, justa e imparcial (GUERRA, 2013).

Um profissional da área social que desenvolve seu senso crítico, passará a notar que, na verdade, a possibilidade de mudanças na sociedade, não está na profissão propriamente dita, mas sim, na realidade em si, onde, através de uma mediação profissional hábil, será possível instituir medidas para mediar os interesses da classe menos privilegiada, dos da classe dominante. Nesse sentido, Guerra (2007) salienta que:

Por meio da intervenção de um profissional capaz, poderão se estabelecer devidas mediações entre interesses da classe trabalhadora e da classe dominante. Capacidade essa que é dinâmica, não estática e obtida de uma vez por todas, edificada socialmente e historicamente tal como, transcenda saberes e conhecimentos, ainda que se constituindo por eles. É primordial que haja uma intervenção reflexiva e eficiente, no intuito de debater dinâmicas de princípios, culturas, aptidões, concepções e posições (GUERRA, 2007, p. 27).

Ao estabelecer uma forma de ação e trabalho, o profissional social cria para si um instrumento apto a concedê-lo um prognóstico de demandas, bem como, a assimilação de processos provenientes e históricos, que se constituem e requerem uma atuação profissional, a curto, médio e a longo prazo, os significados políticos e sociais da profissão e, do intermédio que se desenvolve. Com base nisso, será possível estabelecer-se respostas diretas e voltadas para uma democracia social, econômica e política, bem como, já indicar as respostas para que essa se concretize (GUERRA, 2007).

O trabalho do profissional se intensifica ainda mais no contexto atual da pandemia do COVID-19, uma vez que as expressões da questão social foram agravadas. Com a pandemia, veio mais uma crise do capital no Brasil, o que demonstra como a estrutura capitalista em países de economia dependente produz resultados degradantes à sociedade

presente. São tempos difíceis, que exigem e vão exigir cada vez mais do profissional do Serviço Social (YAZBEK, 2020).

Vê-se, portanto que, o projeto ético-político do Serviço Social, citado anteriormente, será executado na ação profissional quando seu referencial teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo, associados, permita que o profissional tenha perspectivas críticas sobre a doutrina do ser, do cotidiano, da burguesia e dos fundamentos conservadores vivos até hoje dentro da profissão, bem como, que permita que o profissional abra caminhos e orientações de acordo com o direcionamento social (GUERRA, 2007).

Nessa conjuntura, o assistente social estará devidamente qualificado para preencher múltiplos espaços corporativos, particulares, públicos e profissionais. Além disso, o profissional precisa ter prerrogativas, de modo a ter espaço para questionamentos acerca da escolha e preferências de direcionamento de políticas públicas e sociais, de modo a democratizar o acesso à informação; a investigar e inteirar-se sobre os sujeitos que necessitam das ações dos profissionais sociais, de modo a formar laços com os mesmos; a firmar compromissos com as denúncias e executar o trabalho de organização em prol emancipação da população.

### 3.1 As três dimensões: teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa

Levando-se em consideração que o assistente social é um profissional de natureza interventiva, isto é, que ocupa uma posição específica na divisão social e também técnica do trabalho, e ao mesmo tempo considerando que o profissional trabalha, de certa forma, com o intuito de dar respostas à sociedade; para que o assistente social consiga trazer à tona tais respostas acima referidas, faz-se necessário a mobilização das dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa.

Primeiramente, conceituar-se-á a palavra dimensão. O termo se refere, segundo Santos (2013) a:

A palavra “dimensão” diz respeito “às propriedades de alguma coisa, no sentido de seus pressupostos, de suas direções, de seus princípios fundamentais”. No âmbito do Serviço Social, corresponde aos princípios que coadjuvam para a solidificação da profissão de Serviço Social e, além do mais, compõem sua base. É possível identificar que, as dimensões do exercício profissional são constituintes intrínsecos à passagem da finalidade ideal, que está no campo do pensamento; da projeção, à finalidade real e; no âmbito da efetividade da ação (SANTOS, 2013, p. 25).

No que se refere à dimensão teórico-metodológica, esta concede ao profissional equipar-se de concepções e teses teóricas, para que possa analisar a sociabilidade do capital, tal como, possibilita sua compreensão acerca do conceito social da ação. Nessa dimensão abrange-se a capacidade do profissional de leitura e de interpretação do caso concreto, bem como, de como esse se relaciona com os sujeitos sociais.

Para Iamamoto (1998), a dimensão teórico-metodológica é o caminho a ser seguido, pelo profissional que deseja alcançar novas alternativas. Em outras palavras, o profissional, que já precisa estar preenchido de fundamentos teóricos e conhecimentos históricos, deve sempre acompanhar a evolução e surgimento dos processos sociais, pesquisar acerca da dinâmica social, e ainda, sobre os diferentes modos de vida dos sujeitos sociais. Esta dimensão deve trabalhar em conjunto com as demais, para que não se confunda com uma espécie de teocentrismo.

A dimensão ético-política, encontra-se na conduta de projeção da ação, baseada em valores e princípios, sendo o desfecho final a alcançar do profissional, bem como, quando é feito, ou não, um balanço das consequências das ações. É visível, portanto, que nessa dimensão que são traduzidos valores, posicionamentos, intenções e finalidades e toda e qualquer ação (IAMAMOTO, 1998).

Vale a pena ressaltar também os ensinamentos de Francisco (2018) sobre a dimensão ético-política:

A dimensão ético-política está ligada ao cunho contraditório do Serviço Social, isso por ela estar introduzida em um universo de interesses sociais opostos, na sociabilidade do capital. A referida dimensão, não se manifesta apenas no mero engajamento político do profissional, mas abarca também a formação de uma consciência teórica. Importante destacar que, se essa dimensão estiver isolada das outras dimensões, pode tornar-se uma espécie de politicismo (FRANCISCO, 2018, p. 3).

A dimensão técnico-operativa importa na instrumentalização da ação, abrangendo valores, planejamento, princípios, finalidades, a capacidade de manipulação de instrumentos e de técnicas, condições objetivas, táticas e estratégicas, e ainda, a investigação do objeto concreto. Nessa dimensão, preza-se pela singularidade dos instrumentos e técnicas, como também, está presente a todo instante da vida profissional do assistente social.

Importante destacar que a dimensão técnico-operativa corresponde, na verdade, à efetividade técnica para a atuação do profissional, é o instrumental operativo da profissão. Contudo, necessário ressaltar que, nos termos ensinados por Iamamoto (1998), caso esses

traços não estejam interligados, com as outras duas dimensões supracitadas, pode levar a uma atuação profissional tecnicista.

Um profissional tecnicista possui uma atuação demasiadamente conservadora, o que, conforme demonstrado no decorrer da pesquisa, de certa forma, não é uma característica adequada ao Serviço Social, uma vez que a manutenção da atual sociedade está em evidente contradição com o projeto da profissão. Melhor dizendo, o assistente social deve se posicionar, sempre que possível, diante de situações antiéticas ou que caminham em direção contrária ao projeto ético-político, e para isso, o conservadorismo é algo que deve ser deixado no passado.

As dimensões devem ser entendidas de forma dialética, de modo que abranja o movimento e a concretude como um grande todo. Em outros termos, as dimensões do exercício da profissão atrelada ao Serviço Social, compõem uma sistemática dinâmica de totalidade, ou seja, fazem parte de um apanhado de variadas determinações, como se fossem uma unidade de elementos diferenciados, que representam a fortuna e extensão histórica, do modo de ser da profissão (GUERRA, 2013).

Certo é que, as dimensões acima destacadas, sendo a teórico-metodológica, a ético-política e a técnico-operativa, servem de base e estratégia para orientar o profissional, para que este não tenha uma atuação mecânica, o que o remeteria ao conservadorismo herdado pela profissão, o que não deve acontecer, uma vez que, um profissional crítico e reflexivo contribui muito mais para o desenvolvimento da profissão e para ações efetivas.

É verdade que o capitalismo mudou a vida em sociedade, pelo que passou a exigir mais rapidez, celeridade e eficácia das atuações e técnicas profissionais. É verdadeiro também, o fato de que o Serviço Social está incluso nesses movimentos.

O Serviço Social não é autoexplicativo e, devido a isso, faz-se necessário situá-lo perante as relações sociais na sociedade capitalista, seja no que tange as precariedades trabalhistas, ou no modelo de governo, ou sobre a fragmentação das políticas sociais. Por isso, o assistente social precisa conhecer a estrutura e história da sociedade em que se situa, para que possa exercer a profissão de maneira mais eficiente (FRANCISCO, 2018).

As dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, acabam por servir de base para o exercício profissional. O Assistente Social precisa achar a unidade dentre a totalidade destas dimensões, para que direcione seu fazer profissional na perspectiva da correlação qualificada entre as três dimensões profissionais que devem reger o seu fazer profissional. Por isso, é essencial que, durante a graduação sejam feitas

reflexões sobre essas dimensões, pois um bom domínio dos instrumentos e de demais técnicas profissionais, ajuda o profissional a prestar um serviço de qualidade, perfilando de forma coesa as três dimensões da profissão.

Para Santos (2012) se o exercício profissional do Assistente Social requer as dimensões supracitadas, logo, sua graduação deve ser composta dos conhecimentos e informações relativas ao tema, que se farão necessário quando da realização da atividade profissional, assim sejam os conhecimentos teóricos, conhecimentos ético-políticos e conhecimentos procedimentais, levando-se em consideração, que o Serviço Social é uma profissão interventiva.

### 3.2 O Código de Ética e o Projeto Ético-Político: instrumentos de luta.

O Serviço Social possui um grande legado, conforme já discorrido, bem como, a área de atuação dos profissionais foi se estendendo ao longo dos anos. Atualmente o Serviço Social é uma profissão consolidada no Brasil, tendo uma visibilidade de destaque, tal como, sustenta-se por um projeto ético-político que o capacita para elaborar respostas técnicas e científicas diante da Questão social proposta como seu objeto de intervenção. Sobre a ascensão da profissão, Piana (2019) diz o seguinte:

Defronte ao legado histórico da profissão, vale a pena ressaltar acerca do protagonismo crescente dos assistentes sociais na prestação de serviços sociais, na área do planejamento, da gestão e execução das políticas, dos programas, dos projetos e serviços socioassistenciais, no progresso da área acadêmica, na avaliação do sistema de formação profissional, na área da pesquisa, no campo da produção de conhecimento e na própria organização política da categoria (PIANA, 2019, p. 18).

Esse projeto ético-político está interligado a alguns valores e princípios, como o da autonomia, liberdade, equidade, que atuam diretamente no dia-a-dia profissional dos(das) assistentes sociais, independente do seu campo de atuação, e ainda, viabiliza a compreensão do Serviço Social em toda sua extensão (PIANA, 2019).

Apesar da consolidação atual da profissão no Brasil, nem sempre foi assim. Os/as assistentes sociais precisaram romper com dogmas e ditos do passado, que estavam atrelados à profissão.

É verdadeira a afirmação de que, a profissão do Assistente Social, nas últimas décadas, sofreu um grande avanço, tanto com relação à formação acadêmica dos indivíduos, quanto no que tange à sua atuação política na sociedade. Os profissionais

passaram a se destacar cada vez mais. Formaram uma categoria pesquisadora, respeitada tanto no país, quanto a níveis internacionais; intensificaram as representações políticas; constituíram-se profissionais legitimados e atuantes em torno das políticas sociais públicas. Tudo isso foi contribuindo para a validação da identidade desses profissionais (PIANA, 2019).

Desde a década de 90, o amadurecimento da profissão foi notório. O sentimento e a vontade de ruptura efetiva com a herança conservadora da profissão, era evidente, pois, apesar do conservadorismo, desde a década de 80, já ter mostrado seu desvalor na profissão, ainda estava enraizado em muitos profissionais (NETTO, 2000).

Nesse cenário e, diante do desejo de romper com a corrente conservadora do Serviço Social, os profissionais se valeram de um projeto ético-político. Sobre isso, Netto (2000) ensina:

Os projetos societários são esquemas coletivos; contudo, seu traço característico consiste no fato de serem projetos macroscópicos, em propostas para o conjunto da sociedade. Dessa forma, o projeto ético-político do Serviço Social denota-se pelos determinantes sócio históricos, pela dimensão política baseada no tratado com a classe trabalhadora e pelos interesses, aspirações e processos do projeto coletivo dos assistentes sociais (NETTO, 2000, p. 22).

Com o passar dos anos, as conquistas só foram aumentando. A aprovação do Código de Ética da profissão, no ano de 1993, consolidou múnus éticos, políticos e sobre a prática profissional, sendo um marco histórico na trajetória do Serviço Social.

Com o advento do novo Código de Ética Profissional, foi destacada a importância e a relevância do conhecimento ético, como um elemento fundamental da profissão. O referido Código, ainda, foi de grande valia, uma vez que, por muito tempo, no passado, o profissional social foi bastante questionado no que tange às práticas políticas realizadas e pelos movimentos sociais organizados em conjunto com a sociedade civil. A partir do reconhecimento ético da profissão, o profissional passou a ter um destaque e maior visibilidade pública, e ainda, uma credibilidade mais acentuada perante à população que necessita das políticas públicas. Também houve avanços e desenvolvimento do mercado editorial e das publicações acadêmicas, principalmente os propelidos pelos institutos de pós-graduação e pela conferência com áreas correlacionadas e de mais tradição na pesquisa social (PIANA, 2009).

Com todas as regulamentações da profissão, limites institucionais, políticos e estruturais são instituídos e, por vezes, são contraditórios entre si, o que acarreta cerca

dificuldade para a categoria na promoção de uma sociedade mais justa e igual, bem como, na defesa dos direitos e garantias dos usuários do serviço.

Importante discorrer, portanto, acerca das competências do assistente social, definidas pelo advento da Lei nº 8.662/93, que instituiu o Código de Ética da profissão, sendo estas bastante variadas, o que demonstra a importância profissional da categoria. A legislação que cuida de regulamentar a profissão, traz acerca dessas competências. Nesse sentido tem-se: a elaboração, implementação, execução e avaliação de políticas sociais em parceria com órgãos do poder público e afins; a elaboração, coordenação, execução e avaliação de planos, esquemas e projetos do campo profissional do Serviço Social, em coparticipação com a sociedade civil; o envio de deliberações e a prestação de orientação social a toda a população; a orientação de pessoas e grupos de parcelas distintas da sociedade, para que seja possível especificar quais os recursos necessários e para custear atividades profissionais; o planejamento, organização e a administração de benefícios e de Serviços Sociais; o planejamento, execução e avaliação de estudos com caráter contributivo para a verificação de qual é a realidade social, bem como, para custear atividades profissionais; a prestação de assessoria e de consultoria para órgãos públicos no que tange aos resultados colhidos acerca das políticas sociais; a prestação de assessoria a movimentos e lutas sociais, que versem sobre políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da sociedade; a coordenação e planejamento de Unidades de Serviço Social; a realização de pesquisas socioeconômicas com a população usuária do serviço, com o intuito de promover benefícios e demais serviços junto aos órgãos do poder público e outras instituições (BRASIL, 1993).

Ainda, fora regulamentado também, pela mesma Lei supracitada, as atribuições inerentes ao profissional do Serviço Social, sendo: a coordenação, a elaboração, execução, supervisão e a avaliação de estudos, programas, projetos e pesquisas da área do Serviço Social; o planejamento, organização e administração de programas e projetos nas Unidades de Serviço Social; assessorar e prestar consultoria a órgãos públicos, em teor de Serviço Social; a realização de vistorias, perícias, laudos, pareceres e demais informações relativas ao Serviço Social; assumir, na docência, tanto a níveis de graduação, quanto de pós-graduação, disciplinas e demais cargos que requeiram conhecimentos específicos e que foram ministrados em curso de formação regular; treinar, avaliar e supervisionar, diretamente, estagiários da área; a direção e coordenação de Unidades de Ensino e de Cursos de Serviço Social, seja de graduação ou de pós-graduação; a direção e coordenação de associações, núcleos e centros de pesquisa na área

do Serviço Social; a elaboração de avaliações, bem como, a participação de bancas de exames e de comissões julgadoras de concursos ou afins, para a área do Serviço Social; a participação e a criação de seminários, congressos e demais eventos sobre assuntos inerentes à profissão; a fiscalização da atividade profissional, por meio dos Conselhos Federais e Regionais; a direção de serviços de ordem técnica de Serviço Social, tanto em instituições públicas como privadas; a ocupação de cargos e de funções de direção e fiscalização da gestão financeira, em instituições e órgãos representativos da categoria (BRASIL, 1993).

Apesar da legislação vigente, de como deve acontecer o trabalho do assistente social, nem sempre se faz possível o profissional trabalhar com respeito a essas prerrogativas. São vários os desafios que aparecem no dia a dia do assistente social, que precisa, ao mesmo tempo, observar inúmeras complexidades de uma situação específica e por vezes, contraditória.

Sobre os desafios da profissão, Piana (2019) afirma que, o assistente social enfrenta ainda o grande desafio de entender algumas lógicas do capitalismo na sociedade contemporânea, sobretudo no que se refere às transições no mundo do trabalho, os processos desorganizadores dos sistemas de proteção social, da política social em geral, do aumento da pobreza e da exclusão social. Além de ter de assimilar tantas mudanças, o profissional se vê obrigado a intervir na atual sociedade, diante de tanta exclusão e desigualdade social.

Outro ponto desafiador a ser destacado é a questão do pensamento neoliberal, que tem como consequência principal, um grande impacto para com as lutas das classes sociais, bem como, sua doutrina também é submissa ao capital (KOIKE, 2000). Sobre o neoliberalismo, Guerra (2013) ressalta que:

O modelo neoliberal dá prioridade à abertura econômica ao capital estrangeiro, à depreciação do Estado, às privatizações de bens públicos, à eliminação de regras inerentes ao mercado de trabalho e a comercialização dos serviços. Ante o exposto, pode-se dizer que a forma pela qual o Estado manipula as demandas sociais criadas pelo capital, possui alguma intencionalidade (GUERRA, 2013, p. 239)

Conforme aludido por Koike (2000), o neoliberalismo é sustentado e firmado pela decadência do socialismo real, bem como, pelo desenvolvimento da pós-modernidade, principalmente em sua órbita conservadora, fato este que influencia ainda muitos docentes, observadores e intelectuais do mundo acadêmico.

O Serviço Social precisa, portanto, se desafiar dia-a-dia, tendo em vista que precisam sempre estar preparados para lidar com os contrastes e discriminações existentes na atualidade, advindas da estrutura neoliberal e pelo neoconservadorismo. O assistente social precisa, a cada dia, firmar um compromisso com a qualidade da sua carreira profissional, para que o Serviço Social não tenha como característica, a burocracia, o tecnicismo, a mercantilização de políticas públicas e direitos, nem muito menos, seja uma atuação sem humanidade.

A busca por um posicionamento ético e político, que confrontem a alienação trazida pelo sistema capitalista é uma batalha a ser travada diariamente pelos profissionais do Serviço Social, de forma que, seu trabalho, passa a ser uma verdadeira tentativa de romper com os laços conservadores, de modo a oferecer uma esperança à sociedade, de ainda haver formas de lutar contra o cenário de desigualdade vivido na sociedade atual (PIANA, 2009).

O Serviço Social demonstrou e vem demonstrando, intensa capacidade de contribuição com a busca por direitos sociais, movimentos sociais e lutas de classes, tanto em níveis municipais, estaduais e federais, demonstrando assim a importância e relevância da profissão e seu projeto a cada dia que passa.

### 3.3 Desmistificando expressões da ‘‘Questão Social’’

Conforme depreende-se da categoria e das demais características da questão social, certo é que esta se originou da conflituosa relação entre capital e trabalho. Por isso, atualmente, a questão social possui expressões múltiplas. Dentre elas, pode-se destacar: violência, desemprego, pobreza, precariedade das condições de trabalho, preconceitos de diversas ordens (gênero, etnia, raça, orientação sexual), problemas de acesso à educação, à saúde e ao trabalho, privação do direito de moradia, ofensa aos direitos conferidos a crianças e idosos.

A autora Iamamoto (1997) define que a questão social, em suas múltiplas expressões, pode ser definida como o objeto de trabalho diário do Assistente Social. Nesses termos:

Os assistentes sociais operam com a questão social nas suas mais profundas expressões cotidianas, assim como os indivíduos as vivenciam no trabalho, no âmbito familiar e residencial, na saúde, na assistência social pública, entre outros. Questão social que sendo desigualdade é também resistência, por demandar pessoas que experimentam as desigualdades e a elas respondem, se

insurgem. É nessa ânsia entre o desenvolvimento da desigualdade e a exibição da rebeldia e da oposição, que agem os assistentes sociais, postos nesse mundo material instigado por interesses sociais diversos, onde não é possível dispersar ou deles zarpar visto que compõem a vivência em sociedade. A questão social, cujas múltiplas expressões são o objeto do trabalho rotineiro do assistente social (IAMAMOTO, 1997, p. 14).

Impende esclarecer que, apesar de existirem muitas leituras sobre a questão social, a sua relação com o trabalho é bem aparente. De acordo com a dinâmica capitalista, as condições trabalho foram cada vez mais precárias com o decorrer do tempo, gerando desemprego em larga escala, o que se caracteriza como uma das expressões mais evidentes da questão social.

Com o início da industrialização e da urbanização, houve grandes e contínuas modificações nas relações e condições de trabalho, pelo que foram se acentuando com o passar do tempo. Aqui é possível verificar a razão mais clara da luta de classes, onde categorias diversas vão atrás dos interesses de sua classe, o que resulta em um cenário onde, de um lado, a classe operária demonstra resistência à ideologia majoritária, demonstrando suas insatisfações com a lógica instituída que os esmaece e, do lado contrário, a classe burguesa que visa somente a concentração de capital, desconsiderando ou relativizando as manifestações e direitos da classe dos trabalhadores (SANTOS, 2006).

Diante dessa realidade capitalista, criou-se a concepção de que, através do trabalho estava o poder sobre o capital e, por dentro do poder sobre o capital, estava o apoderamento dos meios de produção. Com a expansão dessa ideologia, junto a consequente ascendência burguesa e ainda, pelo desenvolvimento do capital, as relações de trabalho passaram a ser organizadas por meio do assalariamento. Aqui existe um grande marco, o do trabalho formal, onde, por meio do capital, ironicamente, obteve-se a atenuação das manifestações de resistência dos empregados, trazendo, portanto, de volta a ordem desejada, bem como, a harmonia social. Nessa dinâmica, impossível não traçar uma ligação forte entre a questão social e a exploração do trabalho (PASTORINE, 2004).

Certo é que, a lógica capitalista se revela estranha, melhor dizendo, o trabalho se torna uma dinâmica estranha, isto porque há um panorama onde os trabalhadores foram banidos de seu território para serem transfigurados em trabalhadores assalariados. É, na verdade uma situação onde, quem detém o poder econômico, contrata forças de trabalho para haver produção, enquanto quem não possui capital, nem meios de produção, precisa vender sua força de trabalho para sua sobrevivência.

Nos últimos anos, o sistema capitalista passou por muitas e profundas mudanças. Sempre que há crise do capital, a ideia de superação, geralmente, vem ligada com a apresentação de novidades. Como um grande exemplo a ser citado, tem-se as teorias neoliberais, que nasceram, justamente, de uma crise do capital (LECHAT, 2002).

Sobre as teorias neoliberais, Santos (2006) salienta que:

Em virtude desses processos, o capital apropria-se de novos padrões produtivos, de acumulação e concorrência, que impactam de forma direta os trabalhadores. O processo de produção da sociedade capitalista neoliberal, demanda mais valência, impulsionando um pico no desenvolvimento tecnológico e na informatização que, em consequência, influem nas relações de trabalho (SANTOS, 2006, p. 15).

Com uma nova estrutura de trabalho, voltada para a tecnologia e automação da produção, a organização do trabalho foi se alterando cada vez mais. Concomitantemente, a intervenção do Estado nas relações trabalhistas, foi ficando mais distante. Tudo isso, intensificou o fenômeno do desemprego, bem como, acentuou as relações precárias de trabalho.

Mas não só os trabalhadores formais sofrem com o desemprego, os informais também, tendo em vista que há falta de direitos e de garantias que lhe assegurem algo. O que é possível perceber, portanto, que o desemprego é sim, uma expressão da questão social, na sociedade contemporânea, uma vez que, não é apenas uma demanda individual, mas sim um problema de ordem coletiva. Nesses termos, tem-se que a sociedade capitalista, se sujeita a transformações sociais, que acabam por refletir nas relações de trabalho. O desemprego e a falta de possibilidades de trabalho, se releva um sintoma evidente do desajuste social (SANTOS, 2006).

Segundo as autoras Silva e Yazbek (2006), o processo de construção do mercado de trabalho brasileiro, principalmente de 1930 a 1970, possui algumas peculiaridades vitais para que seja possível compreender o padrão de sociedade salarial deficiente, com atributos significativos de subdesenvolvimento. Um dos exemplos dados, foi justamente a discriminação entre o salário formal e o informal, que formou o mais transparente reconhecimento da desregulação, tal como, a vasta existência de salários ínfimos e ainda, da grande parcela de trabalhadores autônomos, isto é, que não são assalariados. Santos (2008) entende que, dos fatores centrais para esses padrões, a superabundante migração das pessoas do campo para as cidades, tal como, a criação de mão de obra excedente, contribuíram em larga escala, para que houvesse exploração da força de trabalho.

Apesar de claro e evidente, o discurso conservador acaba por adotar a ideia de que, o desemprego é na verdade, algo natural, não havendo muita coisa a ser feita, por ser um problema individual, devido à má qualificação profissional do indivíduo, falta de estudo e afins. O que vai de encontro ao objetivo central desta pesquisa, que é a descaracterização do conservadorismo como algo saudável na sociedade.

Mas essa ideia conservadora acerca do desemprego veio toda de um grande contexto. Impende destacar que o termo “desemprego” tem toda uma origem que, segundo Costa (2002):

Pelo seu uso, já tão profundo no vocabulário atual, é dificultoso pressupor que a expressão verbal “desemprego” tenha sua origem muito recentemente datada. Evidentemente, mais do que uma questão semantológica, sua formação está ligada a uma união de coeficientes que aparecem a partir de um dado período histórico de desenvolvimento do capitalismo. Refere-se ao final do século XIX e início do século XX, quando a globalização da “sociedade salarial” e também da intervenção estatal vão viabilizar a diferenciação entre desemprego e “privação de trabalho”. Para ser desempregado, o não-trabalho deve ser produto da não solidificação do ato de compra e venda da força de trabalho em uma sociedade capitalista, em que há uma gradativa generalização das relações capitalistas de trabalho e dismantelo de meios de produção e trabalho não capitalistas, o que vai acontecer com mais transparência após a primeira e segunda Revolução Industrial (COSTA, 2002, p.09).

Além disso, Costa (2002) acrescenta que, o desemprego era tido como um sinônimo de outras exteriorizações do “não-trabalho”, arquitetadas com base na pobreza, como, por exemplo, a vagabundagem, doença, libertinagem, invalidez, dentre outras. Somente após vários movimentos sociais que discutiam a questão, é que o desemprego se desprende da ideia de pobreza. Melhor dizendo, o desemprego passou a ser considerado como um fenômeno social e, por isso, a “saída” para ele era ampliar para todos, a relação regular e de estabilidade do trabalho. Por isso, a relação tão intrínseca do desemprego com o debate da questão social.

O desemprego, como expressão da questão social no Brasil, desponta para uma das mais graves crises sociais da história do país. E, é essa crise social é que estimula a violência, a criminalidade social, a pobreza, entre outras expressões da questão social que também são merecedoras de atenção (SANTOS, 2006).

Outra crescente, é a pobreza. Trata-se de outra expressão da questão social da sociedade contemporânea. Também impulsionada pelo crescimento do modo de produção capitalista e acumulação de capital, a pobreza nasce do negligenciamento da dignidade da pessoa humana, diante do culto à dominação econômica feito pelo capitalismo. Também ligada a questões trabalhistas, a pobreza se tornou a realidade de muitos

assalariados que, dia a dia têm seus direitos suprimidos ou parcialmente concedidos (MELO; SOUSA e SILVA, 2020).

No Brasil, ao longo dos anos, a desigualdade somente aumentou, assim como, os extremos sociais também evoluíram, no mesmo passo. Nesse cenário, a dignidade da pessoa humana também é suprimida, bem como, vê-se que, apesar de tantos avanços tecnológicos e grandes investimentos de capital, muitos ainda morrem por não possuírem nem o básico para a alimentação. Sobre isso, Mota (2010) salienta que:

É esse mesmo sistema, que expandiu sem antecedentes, a técnica, a ciência e a fortuna, que tem se defrontado, em proporções progressivas, com um crescimento espantoso da desigualdade social, da pobreza e da penúria. Por conseguinte, no molde capitalista, tudo precisa opera-se com o intuito de produção em larga escala e com a acumulação capital, com intenção, ao término desse processo, sejam alcançados lucros, que somente serão apanhados, com a exploração da força de trabalho (MOTA, 2010, p. 93)

Ao passo de que, o culto do capital leva pobreza aos pobres, esses indivíduos viventes das misérias, enriquecem os detentores do poderio econômico, através de sua mão de obra, pelo que a maior parte da produção do sistema capitalista fica nas mãos das classes sociais mais privilegiadas, é a chamada mais-valia (MELO; SOUSA e SILVA, 2020).

Vê-se, nessa conjuntura, como a desigualdade social é acentuada, com um grande destaque para a separação de classes, sendo capitalistas versus trabalhadores, com seus antagonismos e hipocrisias (IAMAMOTO e CARVALHO, 2008).

Verifica-se que a pobreza não poderia ser desvinculada das fortunas do capitalismo, pois, apesar de opostos, são as duas faces que constituem o sistema, demonstram a separação de classes e evidenciam a concentração de capital a uma pequena fração da população e, em contrariedade, desencadeiam pobreza e miséria para milhares.

A pobreza só terá chances de ser superada, quando houver uma verdadeira revolução econômica-social, que busque uma sociedade mais isonômica e regada pela justiça, ausente de discriminações, rica em dignidade humana, bem como, onde a socialização da riqueza possa se tornar real (MELO; SOUSA e SILVA, 2020).

Passando a outra importante expressão da questão social: a violência. A violência, isto é, a ação ou omissão que ponha em risco ou, cause danos à integridade física de um indivíduo, é um ato de covardia que, infelizmente, faz parte da sociedade contemporânea capitalista, bem como, vêm aumentando seus índices, com o decorrer do tempo (UNIFTEC, 2021).

Tendo como principal vítima a mulher, a violência doméstica é algo recorrente no Brasil. Importante pontuar que, com a pandemia gerada pelo vírus da COVID-19, veio a se acentuar e piorar a níveis drásticos, inclusive, a violência doméstica, parte em razão do isolamento social e da quarentena. Se fortifica a afirmação de que em períodos de crise na sociedade capitalista, os grupos sociais mais prejudicados continuam sendo a classe trabalhadora e desmistifica pensamentos conservadores. Dados mostram que a cada duas horas, uma mulher é vítima de violência doméstica (UNIFTEC, 2021).

Um outra importante e relevante expressão da questão social, é a dificuldade de acesso a saúde. O tema é relevante, principalmente, em virtude da crise sanitária ainda instalada no Brasil. No país, isso se dá sobretudo, e continuará acontecendo, em razão da discrepância entre desigualdades de recursos e oportunidades. Em outras palavras, na comparação entre nível socioeconômico e doenças, é visível que o resultado é inversamente proporcional e, somente num cenário onde essa matemática possa ser invertida, é que ocorrerão mudanças e a consequente redução das desigualdades. Como solução, por exemplo, seria a disseminação de mais informações à comunidade, levando-se em consideração que, o conhecimento sobre alguns fatores de risco, têm um poder de influência maior dentre as pessoas que se submetem a eles, isto é, as informações dos fatores de risco importam muito mais às classes socioeconômicas que estão expostas a eles, pelo que, através delas faz-se possível a redução das desigualdades. A má difusão de informações entre as classes socioeconômicos cria desproporções no âmbito da saúde (SIQUEIRA, 2011).

Também se faz necessário que os recursos da saúde sejam melhores distribuídos, tendo em vista que, existem muitas restrições de acesso na sociedade moderna. Reduzindo as desigualdades de acesso a esses recursos inacessíveis, a consequência só poderá ser a redução da desigualdade na saúde e no seu acesso. Não só isso, mas também é preciso a divulgação mais eficiente e a propagação de informações claras sobre a disponibilidade e a gratuidade ou não, para os indivíduos. Destarte, o desenvolvimento de políticas sociais voltadas à saúde, devem antepor a base da estrutura social, para que a desigualdade do contexto atual seja efetivamente modificada.

O assistente social tem um papel de suma importância no âmbito da saúde. Segundo Siqueira (2011):

Observa-se que o Serviço Social, na saúde, tem a incumbência de trabalhar no enfrentamento das contradições da sociedade capitalista. Uma das formas é mediante a viabilização do SUS de direito. O que você realmente acontece na prática é a uma grande dificuldade para que as pessoas tenham acesso à saúde,

de forma gratuita. O que se vê hoje em dia, são hospitais repletos de pessoas, pacientes internados nos corredores, indivíduos no chão em leitos de hospitais, bem como, os postos de saúde sem funcionamento, sem atendimentos. Os indivíduos não conseguem nem ter acesso um atendimento básico, que deveria ser oferecido pelos postos de saúde. O papel do Serviço Social é, ao menos, tentar garantir o direito básico das pessoas, em ter acesso a um serviço que é direito delas e ainda, está preconizado pela Constituição (SIQUEIRA, 2011, p. 16).

Em meio à exames demorados, profissionais ausentes no horário de trabalho a filas enormes, a saúde do brasileiro se vê ameaçada a cada dia mais e, mesmo sendo alvo de grandiosas mídias e da grande rede, as disfunções ainda persistem. Além disso, em virtude da pandemia, os grupos mais vulneráveis do Brasil, sofreram muito mais impactos que as mais altas classes; a fome, advinda da falta de alimentos e que assola o Brasil e o mundo. Mesmo que o país tenha passado por avanços, a falta de alimentos para milhares de indivíduos brasileiros, ainda é uma realidade que se mostra distante de acabar. Na verdade, houve um notável retrocesso, do combate a fome, agravada ainda mais pela crise sanitária, além da econômica e política (UNIFTEC, 2021).

Existem ainda outras expressões da questão social como: a discriminação de gênero, decorrente das relações sociais desiguais de poder entre mulheres e homens, em razão da construção social disfuncional no que tange ao ‘papel’ associado a cada gênero na sociedade, que vêm se acentuando, parte em razão do crescimento do conservadorismo na política pública brasileira.

Conforme já ensinava Ianni (1991), a Questão Social e suas expressões se tornam mais evidentes em períodos em que crises se instalam nos mais diversos setores de uma sociedade. Durante um momento crítico, os variados setores sociais, prezam pelo desenvolvimento social, no intuito de obter uma resolução dos problemas instalados, relativos à questão social.

As expressões da questão social, assim como a questão social em si, estão visivelmente atreladas à relação entre trabalho e capital, ou seja, são produzidas e reproduzidas pelo sistema societário capitalista de produção. Ainda existe um grande caminho a ser percorrido, e o assistente social se revela como parte participativa em todo o processo, para que transições e mudanças sejam consolidadas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou demonstrar uma análise voltada para o conservadorismo e sua conexão com o Serviço Social. Através de uma extensa pesquisa bibliográfica, foi possível perceber que ideias conservadoras podem desencadear uma certa recusa ou relutância à novas ideias ou novos jeitos de lidar com demandas que necessitam de solução.

O conservadorismo, sempre que aparente em algum momento da história, se mostra sempre relacionado, de forma antagônica, com o desejo e aceitação de mudanças, melhor dizendo, um pensamento conservador, em suma, preza pela manutenção das coisas do modo como estão, sem possibilidade de transformações.

Sobre o conservadorismo no Serviço Social, visto sob a ótica de todo um contexto histórico, é notório o fato de que, a profissão nasceu de um viés conservador, tendo em vista que sua origem foi marcada por dogmas da Igreja Católica.

De fato, a profissão passou por diversas mudanças e transições, bem como, a categoria passou a adotar outros referenciais teóricos, que faziam melhor ligação com os objetivos do Serviço Social, como as ideias marxistas, ideologia esta que permitia compreender melhor a realidade e a sociedade como um todo. O capitalismo, com sua exaltação ao capital, vai contra a ideia de uma sociedade mais justa e igualitária, o que dificulta as ações profissionais pautadas no Código de Ética de 1993 e no Projeto Ético-Político da profissão, que buscam por direitos coletivos, enquanto o Capitalismo objetiva o lucro, a acumulação e concentração de riquezas.

Mesmo com tantas transformações na trajetória histórica da profissão, não são todos os profissionais que conseguiram se desvincular de pensamentos e ações conservadoras, o que não é um segredo, uma vez que o conservadorismo está espalhado e é disseminado por toda a sociedade, discreto em algumas situações, mas também explícito em outras. O Assistente Social precisa enfrentar o conservadorismo a cada dia de sua atividade profissional, como uma luta constante, até porque, para que essa batalha seja vencida, necessário se faz que o profissional seja atuante, crítico e busque por mudanças.

Uma boa forma de se buscar mudanças efetivas, é a luta do profissional do Serviço Social pelo seu atual projeto ético-político, já que este possui como ideia central, a liberdade, tal como, o pacto com a autonomia, a busca pela ampliação, emancipação e igualdade dos indivíduos dentro de uma sociedade e, primordialmente, a efetividade dos

direitos humanos, da democracia e da cidadania. O profissional que defende tais preceitos no exercício de suas atribuições, resiste aos ideais capitalistas, e também às decisões políticas que, em sua maioria, somente visam interesses particulares e corporativos.

Certo é que, os assistente sociais, ainda que reunidos em sua totalidade, provavelmente não conseguiriam resolver as desigualdades geradas pelo culto ao capital, porém, níveis e índices poderiam sofrer uma grande queda, o que seria significativo diante da sociedade atual.

O conservadorismo deveria ser combatido por toda a sociedade, o que de certa forma vem acontecendo, através dos movimentos sociais, que também proporcionam ao profissional do Serviço Social, oportunidades para se aliar às reivindicações.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. 2ª ed. São Paulo: Cortez; Campinas: Ed. Unicamp, 1995.

ARAÚJO, A. C.; SANTANA, B. S. B.; BEZERRA, C. M. G.; OLIVEIRA, O. M. As bases constitutivas da “questão social”: aproximações históricas. **VII Jornada Internacional de Políticas Públicas**, Maranhão, 2015. Disponível em: <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo4/as-bases-constitutivas-da-questao-social-aproximacoes-historicas-.pdf>>. Acesso em: 23 nov. 2021.

BADARÓ, L. Múltiplas expressões da questão social ecoam sobre a infância e juventudes. **Ser Social**, Brasília, v. 15, n. 32, p. 167-183, jan.-jun. 2013.

BARROCO, M. L. S. **Ética e serviço social: fundamentos ontológicos**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2003.

BARROCO, M. L.; TERRA, S. H. **O código de ética do/a assistente social comentado**. São Paulo: Cortez, 2012. Disponível em: <<https://sstransformandorealidades.files.wordpress.com/2014/09/codigo-de-etiticacomentado.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2021.

BEAN, P.; MELLVILLE, J. **Lost children of empire: the untold story of britain’s child migrants**, London: Unwin and Hyman, 1989.

BRASIL. Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993. **Dispõe sobre a profissão de assistente social e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 8 jun. 1993. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8662.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8662.htm)>. Acesso em: 15 nov. 2021.

VILLACANA, A. C. **La Hora**. 1948.

COSTA, L. de S. **O desemprego e seus indicadores**. Dissertação (mestrado) – UNICAMP. Campinas, 2002.

DURIGUETTO, M. L. **Movimentos sociais e serviço social no Brasil pós - anos 1990: desafios e perspectivas**. São Paulo: Cortez Editora, 2014.

DURO, E. G. **Los psiquiatras de Franco. Los rojos no estaban locos**. Barcelona: Península, 2008.

EUFRASIO, A. Expressões do conservadorismo no serviço social brasileiro: um estudo sobre o trabalho com famílias na assistência social. **Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Política Social**. Florianópolis, 2015.

FRANCISCO, R. A. S. **Reflexões sobre a dimensão técnico-operativa no serviço social com enfoque nos instrumentos e técnicas**. 16º Encontro Nacional de Pesquisadoras/es em Serviço Social. Vitória, 2018.

FALEIROS, V. P. **Metodologia e ideologia do trabalho social**. 9ª ed. São Paulo: Cortez, 1997.

GÓMEZ, M.; BUENDÍA, F. H. The development of social work education in Spain. **European Journal of Social Work**, v. 12, n. 1, p. 113-117, 2009.

GUERRA, Y. **A dimensão técnico-operativa do exercício profissional**. 2ª ed. Juiz de Fora: UFJF, 2013.

\_\_\_\_\_. O projeto profissional crítico: estratégia de enfrentamento das condições contemporâneas da prática profissional. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 91, p. 5-33, 2007.

\_\_\_\_\_. A formação profissional frente aos desafios da intervenção e das atuais configurações do ensino público, privado e a distância. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 104, p. 715-736, out.-dez. 2010.

HASTE, C. **Nazi women: Hitler's seduction of a nation**. London: Fourth Estate, 2001.

HUBERMAN, L. **História da riqueza do homem**. 15ª ed. Editora Zahar, 1979.

IAMAMOTO, M. V. **O serviço social na contemporaneidade: dimensões históricas, teóricas e ético-políticas**. Fortaleza, CRESS-CE, Debate n. 6, 1997.

\_\_\_\_\_. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 1998.

\_\_\_\_\_. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social- Ensaios críticos**. 7ª Ed. São Paulo: Cortez, 2004.

\_\_\_\_\_. **As dimensões ético-políticas e teórico-metodológicas no Serviço Social contemporâneo**. São Paulo: Cortez, 2006.

\_\_\_\_\_. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 23ª ed. São Paulo: Cortez, 2012.

IAMAMOTO, M. V; CARVALHO, R. **Relações sociais e serviço social no Brasil: Esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 24ª ed. Cortez Editora, São Paulo; 2008.

IANNI, O. A questão social. **Revista em Perspectiva**, São Paulo. 1991.

JOHNSON, S.; MOORHEAD, B. Social eugenic practices with children in Hitler's nazi Germany and the role of social workers: lessons for current practices. **Journal of Social Work Values & Ethics**. Disponível em: <[http://www. Socialworker.com/jswve](http://www.Socialworker.com/jswve)>. Acesso em: 03 dez. 2021.

KERSHAW, R. SACKS, J. **New lives for old: the story of britain's child migrants**, London: New Archives Press, 2008.

KIRK. R. **A mentalidade conservadora**. p. 120-126, 1953.

- KOIKE, M. As novas exigências teóricas, metodológicas e operacionais da formação profissional na contemporaneidade. **Centro de Educação Aberta, Continuada a Distância**, módulo 2, p.101-18, 2000.
- KUNSTREICH, T. Social welfare in nazi Germany: selection and exclusion. **Journal of Progressive Human Services**, v. 14, n. 2, p. 23-52, 2003.
- LECHAT, N. As raízes históricas da economia solidária e seu aparecimento no Brasil. **Palestra proferida no II Seminário de Incubadoras tecnológicas de Cooperativas Populares**, UNICAMP, 2002.
- LESSA, S. A centralidade ontológica do trabalho em Lukács. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 52, p. 7-23, dez., 1996.
- LIMA, B. A. **Contribuição à metodologia do Serviço Social**. 3ª ed. Belo Horizonte: Interlivros, 1978.
- LORENZ, W. **Towards a European paradigm of social work: studies in the history of modes of social work and social policy in Europe**. Dresden: Technischen Universität, 2004.
- MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. Rio de Janeiro: Abril Cultural, 1996.
- MOTA, A. E. **O mito da assistência social: ensaios sobre estado, política e sociedade**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- MELO, A. F.; SOUSA, M. T. M.; SILVA, J. K. O. A pobreza como expressão da questão social: particularidades no cenário da realidade brasileira. **Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas – PPGPP**, Piauí, out. 2020. Disponível em: < <https://sinespp.ufpi.br/upload/anais/NjA5.pdf?053015>>. Acesso em: 22 nov. 2021.
- NETTO, J. P. Transformações societárias e serviço social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 50, p. 87-132, abr., 1996.
- \_\_\_\_\_. A construção do Projeto ético-político do serviço social. **Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional**. Rio de Janeiro, 2000.
- \_\_\_\_\_. Cinco notas a propósito da “questão social”. **Revista Temporalis da Associação Brasileira de Ensino e pesquisa em Serviço Social**, Brasília: Graflin, 2001.
- \_\_\_\_\_. Introdução ao método da teoria social. **CFESS/ABEPSS**, Brasília, 2009. Disponível em: <<https://pcb.org.br/portal/docs/int-metodo-teoria-social.pdf>>. Acesso em: 05 nov. 2021.
- \_\_\_\_\_. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós - 64**. 17ª ed. São Paulo: Cortez, 2018.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. **Economia política: uma introdução crítica**. v. 1. São Paulo: Cortez, 2006.

NETTO, L. E. **O conservadorismo clássico: elementos de caracterização e crítica**. São Paulo: Cortez, 2011.

PASTORINE, A. **A categoria “questão social” em debate**. São Paulo: Cortez, 2004

PIANA, M. C. **O serviço social na contemporaneidade: demandas e respostas**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

PIRES, V. R.; PITT, F. B. S.; RIBEIRO, T. S. **Conservadorismo e serviço social: reflexões a partir da experiência profissional**. 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. Brasília, 2019.

POCHMANN, M. **A década dos mitos: o novo modelo econômico e a crise do trabalho no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2001.

SAES, D. A. M. **Capitalismo e processo político no Brasil: a via brasileira para o desenvolvimento do capitalismo**. 2015. Disponível em: <<https://doi.org/10.36311/0102-5864.2015.v52n1.8481>>. Acesso em 23 nov. 2021.

SANTOS, A. M. **Questão social, trabalho e desemprego**. Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. 2006. Disponível em: <[https://www.ces.uc.pt/nucleos/ncps/ecosol/investigadores/aline\\_santos/publicacoes/2006\\_artigo\\_qs\\_e%20desemprego\\_aline.pdf](https://www.ces.uc.pt/nucleos/ncps/ecosol/investigadores/aline_santos/publicacoes/2006_artigo_qs_e%20desemprego_aline.pdf)>. Acesso em: 22 nov. 2021.

SANTOS, C. M. A dimensão técnico-operativa e os instrumentos e técnicas no Serviço Social. **Revista Conexão Geraes**, Belo Horizonte: CRESS-MG, v. 2, n. 3, 2013.

\_\_\_\_\_. **Na prática a teoria é outra? Mitos e dilemas na relação entre teoria, prática, instrumentos e técnicas no Serviço Social**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2012.

SANTOS, C. H. A. S; SOUZA, M. P. G. O conservadorismo no serviço social. **Caderno de Humanidades em Perspectivas**, v. 4, n. 8, 2020. Disponível em: <<https://www.cadernosuninter.com/index.php/humanidades/article/view/1491/1110>>. Acesso em 16 nov. 2021.

SANTOS, J. S. **Particularidades da “questão social” no capitalismo brasileiro**. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2008.

SILVA, A. O. O pensamento conservador. **Revistas Espaço acadêmico**, n. 107, 2010.

SILVA, J. A. O código de ética do/a assistente social e o projeto ético-político: uma trajetória histórica de mudanças. **Seminário Nacional De Serviço Social Trabalho e Política Social**, Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2015. Disponível em:

<[https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/181339/Eixo\\_2\\_97\\_3%20correcto.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/181339/Eixo_2_97_3%20correcto.pdf?sequence=1&isAllowed=y)>. Acesso em: 30 out 2021.

SILVA, M. O. S.; YAZBEK, M. C. **Políticas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Cortez, 2006.

SIQUEIRA, L. **Pobreza e serviço social: diferentes concepções e compromissos políticos**. São Paulo: Cortez, 2013.

SIQUEIRA, N. L. **Desigualdade social e acesso à saúde no Brasil**. Trabalho de Conclusão de Curso (monografia) – Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2011.

TINTI, E. C. **Capitalismo, trabalho e formação profissional: dilemas do trabalho cotidiano dos assistentes sociais em Ribeirão Preto**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015.

TONIOLO, C. Histórias horríveis do serviço social: cumplicidade e resistência. **Revista Praia Vermelha**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, p. 485-527, 2019.

UNIFTEC. **Expressões da questão social são apresentadas por acadêmicos de serviço social**. 2021. Disponível em: <<https://www.ftec.com.br/blog/expressoes-da-questao-social-sao-apresentadas-por-academicos-de-servico-social/>>. Acesso em: 22 nov. 2021.

VASCONCELOS, A. M. **A/O assistente social na luta de classes: projeto profissional e mediações teórico-práticas**. São Paulo: Cortez, 2015.

YAZBEK, M. C. **Serviço social como especialização no trabalho coletivo**. Curso de capacitação em Serviço Social e política social. Brasília: CEAD; CFESS; ABEPSS, 1999.

\_\_\_\_\_. **O serviço social como especialização do trabalho coletivo**. Reprodução social, trabalho e serviço social. Brasília, p.87-99, 2000.

\_\_\_\_\_. Os fundamentos do serviço social e o enfrentamento ao conservadorismo. **Revista Libertas**, Juiz de Fora, v. 20, n. 2, p. 293-306, jul.-dez., 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/32934/21667>>. Acesso em 16 nov. 2021.